



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Sexualidade, Gênero e Deficiência: reflexões acerca das percepções dos profissionais que atuam com crianças e adolescentes com deficiência intelectual.

Gabriella Alves Brasil

Brasília – DF

2016

Universidade de Brasília – UnB

Gabriella Alves Brasil

Sexualidade, Gênero e Deficiência: reflexões acerca das percepções dos profissionais que atuam com crianças e adolescentes com deficiência intelectual.

Brasília – DF

2016

Gabriella Alves Brasil

Sexualidade, Gênero e Deficiência: reflexões acerca das percepções dos profissionais que atuam com crianças e adolescentes com deficiência intelectual.

Trabalho de Conclusão Curso (PTCC) apresentado ao Departamento de Serviço Social (SER), do Instituto de Ciências Humanas (IH), como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, pela Universidade de Brasília (UnB).

Orientadora: Prof. Dr. Lívia Pereira Barbosa

Brasília – DF

2016

Gabriella Alves Brasil

**Sexualidade, Gênero e Deficiência: reflexão da atuação da
equipe psicossocial com crianças e adolescentes com
deficiência intelectual.**

Banca Examinadora:

Lívia Barbosa Pereira

Orientadora – Assistente Social, Mestre e Doutora em Política Social pela UnB, professora do Departamento de Serviço Social da UnB.

Ana Paula do Nascimento Barros

Examinadora Externa – Assistente Social, Mestre em Política Social pela UnB, Professora da Faculdade Evangélica de Brasília.

Tatiana Lionço

Examinadora Interna – Psicóloga, Mestre em Psicologia Clínica, Doutora em Psicologia pela Unb, Pesquisadora e Professora do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento do Instituto de Psicologia da UnB.

Dedicado a cada menina, mulher, mãe, filha, irmã, amiga, colega, prima, tia, avó,
professora, aluna, orientadora, supervisora, guia, bruxa, feiticeira, curandeira, Yabá,
Deusa, Diva, santa, pecadora, rainha, princesa, plebeia, trabalhadora, guerreira, lutadora
e inspiradora mulher, que por minha vida passou e sua força deixou....

Agradecimentos

Inicialmente gostaria de agradecer a minha Santa Mãe Divina e a Deus, por todo suporte e proteção durante toda a minha caminhada dentro da Universidade de Brasília, permitindo que novos caminhos fossem abertos e outros fechados, me mostrando que tudo tem seu tempo e seu querer. Odociaba minha Mãe.

Em segundo, mas não menos importante quero agradecer a minha família, minha mãe, meu pai e meus irmãos por sempre acreditarem em mim e nos meus sonhos, por estar ao meu lado em cada momento e principalmente permitir que eu pudesse me dedicar aos meus estudos e assim alçar voos que ultrapassem o Atlântico, sem o suporte de vocês nada seria possível. Obrigada sempre e todo meu amor a vocês!

É necessário que eu agradeça as minhas tias por todo amor e cuidado que sempre tiveram comigo e meus irmãos. O suporte de você sempre foi imprescindível em cada momento da minha vida! Muito amor e gratidão as minhas bruxas e guerreiras!

A universidade como um espaço diverso, me encontrei nas OLGAS, entre tantas diferenças foi construído um laço de amor, amizade, empoderamento e militância. A construção de um novo CASESO e de um novo significado para as relações entre nós mulheres foi possível graças a todo nosso engajamento, fortalecimento e cuidado que nós propomos a ter uma com as outras. Gratidão pelas nossas partilhas e amor! Nosso sagrado feminino vive em cada uma de nós!

Agradeço ao CASESO e ao MESS (Movimento Estudantil de Serviço Social) por se constituírem como um espaço importantíssimo para a formação profissional e pessoal, através das discursões, dos encontros, das viagens e das trocas entre os diversos atores políticos que se propõem a construir um futuro emancipador e garantidor de direitos. A ENESSO é pra lutar! ENESSO somos todos nós!

Outro espaço que foi importante dentro da minha trajetória dentro da UnB, foi sem duvidas o PET/SER (Programa de Educação Tutorial). Este é um espaço muito rico em possibilidades, que me permitiu está em constante reflexão sobre minhas posturas pessoais, sobre minhas responsabilidades frente a um coletivo. Tenho certeza que os

embates dentro desse espaço me ajudaram muito a me perceber como uma sujeita política e a entender como é trabalhar em grupo.

As minhas amigas e amigos que me acompanharam durante toda a trajetória acadêmica e as amigas e amigos que ganhei ao longo desse trajeto, meu muito obrigada! Vocês foram peças-chaves para cada momento de felicidade, de tristeza, de luta, de indignação, de festas e comemorações, de viagens, de aprendizado e fortalecimento. Gratidão por serem quem são, por terem entrado na minha vida e ter feito dela uma revolução e uma festa. Vocês são meus presentes que levarei pra sempre em meu coração!

Agradecimento especial a minha orientadora que através das orientações e conversas muito me ajudou e me acalmou. Em meio a tantas inseguranças e receios sua calma, paciência e incentivo foram muito importantes para que este trabalho fosse realizado. Obrigada e um carinho especial a Luna que alegrou muitos de nossos encontros.

Agradeço ao Departamento de Serviço Social da UnB, nas figuras das professoras e professores, alunas e alunos, servidores e terceirizadas por todo o empenho e dedicação para fazer do curso de Serviço Social um curso de qualidade trabalhando sempre numa linha tênue entre o necessário e o viável dentro das condições concretas possíveis. Obrigada pelo trabalho desempenhado.

Amor
Quando duas pessoas fazem amor
Não estão apenas fazendo amor,
Estão dando corda ao relógio do mundo.
Mario Quintana

Resumo

O referente trabalho tem por objetivo inicialmente realizar uma análise teórica entorno das categorias sexualidade e gênero, compreendendo seus percursos históricos, afim de refletir como a sexualidade se relaciona com o campo da deficiência. O estudo busca entender de que forma os tabus/mitos entorno da sexualidade impactam na vida das pessoas com deficiência, de forma a intensificar a opressão pelo corpo que tais pessoas sofrem. Para aproximar as análises teóricas da vida cotidiana desses sujeitos realizou-se entrevistas com profissionais que prestam serviços de atendimento aos usuários com deficiência intelectual, na instituição AMPARE no Distrito Federal, a fim de identificar em seus discursos como se dão as análises feitas anteriormente no campo teórico.

Palavras-chaves: Sexualidade, Gênero, Deficiência, Heteronorma.

Sumario

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Fundamentos.....	16
1.1. O Desenrolar da Sexualidade: reflexões necessárias.....	16
1.2. Família: agente de vigilância e controle da sexualidade.....	28
Capítulo 2 – Sexualidades Periféricas: os corpos que não seguem a ordem	31
2.1. As mulheres e a sexualidade que lhe cabe.....	31
2.2. Refletindo a heteronorma.....	34
2.3. Sobre corpos considerados abjetos: a sexualidade dos corpos com deficiência.....	39
Capítulo 3 – Percurso Metodológico	48
Capítulo 4 – Análises dos Dados	54
Considerações Finais.....	73
Referencias Bibliográficas.....	80
Anexos.....	85

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se coloca a refletir sobre a sexualidade e como esta se relaciona com duas outras categorias: gênero e deficiência. Percorrendo uma trajetória histórica da sexualidade, entendendo-a como um fenômeno amplo que se relaciona às esferas íntimas e sociais. Faz-se necessário aprofundar sobre as compreensões de como a sexualidade se relaciona com a deficiência no cotidiano. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa onde foram entrevistados profissionais que atuam na área da deficiência.

O objetivo da pesquisa realizada foi analisar as concepções dos profissionais que atuam na prestação de serviços para crianças e adolescentes com deficiência intelectual, a fim de identificar como a sexualidade é entendida por esses profissionais e como estes apreendem as inseguranças existentes no núcleo familiar, ao tratar deste assunto, destacando os tabus e mitos pertencentes a este universo.

Foram entrevistados Assistentes Sociais, Psicólogas e Educadores Sociais da instituição AMPARE – Associação de Mães, Pais, Amigos e Reabilitadores de Excepcionais, que atendem crianças e adolescentes com deficiência intelectual no Distrito Federal, oferecendo diversos serviços.

Instituição esta que foi escolhida devido a proximidade existente com a pesquisadora, onde esta realizou sua experiência de estágio obrigatório supervisionado. Experiência essa que permitiu o desabrochar as primeiras inquietações acerca da temática da sexualidade de pessoas com deficiência, fazendo com que o amadurecimento de tais inquietações resultasse neste trabalho de conclusão de curso. A vivência do estágio dentro da instituição AMPARE permitiu que a temática da deficiência fosse aprofundada a partir da vivência com os usuários da instituição e o acompanhamento do trabalho realizado pelas assistentes sociais e dos demais profissionais.

A perspectiva que embasou todo o trabalho tem como horizonte: entender de forma ampliada a questão da deficiência saindo do escopo biomédico e trazendo à responsabilidade de se analisar as diversas esferas da vida social que perpassam a vida destes indivíduos. Para isso, mostra-se necessário estudos que busquem tratar de

categorias interseccionais como sexualidade, gênero e deficiência, pois dessa forma se considera outras esferas da vida social, permitindo entender de que forma nossa sociedade cria mecanismos de discriminação e segregação, impedido que pessoas com deficiência possam explorar e vivenciar os mais variados âmbitos da vida social.

Atrelado a este panorama se destaca a relevância social e política deste trabalho que está na possibilidade de dar visibilidade ao cerceamento de direitos que este grupo social sofre. Tal cerceamento de direitos está relacionando a um entendimento biomédico da deficiência que desconsidera outras dimensões da vida humana para além de um corpo que manifeste algum tipo de lesão.

A relevância também se dá na tentativa de desconstruir preconceitos e identificar tabus existentes no que se trata da sexualidade das pessoas com deficiência. Fazendo-se necessário refletir de que forma as percepções profissionais são sustentadas ao lidar com os aspectos da sexualidade das crianças e adolescentes com deficiência. Dessa forma, busca-se vislumbrar espaços para atuações profissionais que rompam com as noções preconceituosas ao lidar com a diversidade humana em suas diversas expressões.

A relevância acadêmica justifica-se na pequena produção científica nesta área incidindo numa reflexão crítica sobre o debate, ainda muito incipiente dentro Serviço Social e de estudos que tratem de categorias interseccionais como as que vão ser trabalhadas ao logo do trabalho, - como sexualidade, gênero e deficiência.

O acervo científica acerca do tema, que articula sexualidade e deficiência, é restrito, muitas vezes ligado as áreas da saúde ou da educação sexual, pouco se articula a questão da sexualidade de pessoas com deficiência as noções de direitos sexuais e reprodutivos. Não foi encontrado nenhuma publicação ligada ao tema pesquisado que tivesse origem no campo de produções do serviço social.

Para iniciar as reflexões que se sucedem é importante se compreender primeiramente que a sexualidade é uma vivencia básica da condição humana possuindo interferências sobre as condições em que o individuo está inserido e das formas como este se relaciona como o mudo.

É importante entender a sexualidade como uma necessidade humana, em que envolve não somente fatores biológicos, como a reprodução, mas que também

possuindo reverberação nas relações sociais que o sujeito estabelece com as pessoas ao seu redor. A sexualidade também está intimamente ligada à forma como a pessoa se relaciona como o próprio corpo. Ou seja, é importante que a sexualidade seja vivenciada como um dos fatores que formam o ser humano, como um ser socializador autônomo do próprio corpo (LOURO, 2000).

As mediações que se realizam a fim de sustentar a necessidade de se falar, interrogar, pesquisar e assim intervir nas questões relativas à sexualidade, tem por base a orientação para que se rompa amarras sociais que trancafiam a sexualidade à esfera privada, logo alvo de censura e silenciamento. Ao ficar restrita a esta esfera, a sexualidade se mostra um campo repleto de mitos e tabus que dificultam a sua vivência plena.

Outras motivações que impulsionam a falar e dialogar sobre a sexualidade se constroem na busca por evitar que abusos e violências passem despercebidas no cotidiano. Pois ao conhecer como se constroem as relações íntimas se permite identificar os limites que se devem ser respeitados sobre o corpo do outro, e dessa forma perigos e violações são mais palpáveis e passíveis de denúncia e responsabilização dos culpados. Pois não falar sobre sexo com crianças e adolescentes, mantendo este assunto sob o véu do silêncio e segredo, práticas que caracterizam abusos e violências também passam despercebidas.

E assim destaca-se a necessidade de se propor trabalhar sobre este assunto, se dá no movimento de ruptura de barreiras que impedem os indivíduos de conhecerem seu próprio corpo e seus prazeres. As moralidades existentes colocam que os desejos do corpo devem permanecer na intimidade sendo sempre alvo de repressões e punições, o que não existe é o movimento para que o corpo seja explorado de forma natural e saudável. Se propor a falar sobre o sexo e seus mistérios e censuras impostos socialmente, se apresenta como uma transgressão, um tensionamento as normas e leis, almejando vivenciar uma liberdade ao corpo reprimido (FOUCAULT, 1985: 12).

Tendo estes pressupostos como ponto de partida se permite entender por que no campo da deficiência a sexualidade encontra barreiras para a seu pleno exercício. Não só para as pessoas com deficiência se torna difícil vivenciar sua sexualidade de forma autônoma, mas para outros seguimentos populacionais, como para as mulheres e homossexuais, que por conta de estruturas heteronormativas e patriarcais que formam nossa sociedade, são cerceados de vivenciar sua sexualidade e que possuem sob seus corpos amarras sociais e moralizantes.

É fácil concluir que nesses processos de reconhecimento de identidades inscreve-se, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças. Tudo isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está sem dúvida, estritamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade. O reconhecimento do “outro”, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos. De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma que estão em consonância com seus padrões culturais e aqueles que ficam fora dela, às suas margens. Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristã e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “o segundo sexo” e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual.

Ao classificar os sujeitos, toda a sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, se separa e, de forma sutis ou violentas, também distingue e discrimina (LOURO, 2000, p. 9).

Os cerceamentos que as pessoas com deficiência encontram para vivenciar a sua sexualidade são permeados de mitos e tabus ligados a uma percepção de deficiência muito atrelada a questão da lesão corporal ou intelectual, onde a condição de deficiência acaba por tomar uma dimensão muito maior, desconsiderando assim as demais dimensões e necessidades humanas desses indivíduos.

Inspirado por essas motivações e inquietações o trabalho se divide em quatro capítulos que buscam dialogar com as principais categorias imbricadas à esfera da sexualidade, para que assim se perceba como as barreiras sociais e até mesmo políticas constroem limitações para que a sexualidade seja vivida plenamente pelas pessoas com deficiência.

O primeiro capítulo se debruça sobre os aspectos históricos da sexualidade entendendo como esta reflete e interfere nas relações sociais e disputas de poder, trazendo Foucault como um importante autor a ser estudado.

O segundo capítulo se aprofunda nas consideradas sexualidades periféricas ou desviantes, fruto de disputas de poder que constroem padrões normativos para a sexualidade. E como sexualidades periféricas, o trabalho reflete sobre a sexualidade feminina; como a heteronorma desconsidera a diversidade sexual, como a homossexualidade; por fim o capítulo traz reflexões acerca da sexualidade dos corpos com deficiência, trazendo os tabus e mitos que permeiam suas existências.

O capítulo três apresenta o percurso metodológico por onde a pesquisa caminhou sintonizando os profissionais que contribuíram para a pesquisa. Ao final, o quarto

capítulo se refere aos dados coletados na pesquisa, em que três eixos de análise foram construídos para que assim pudesse evidenciar como a sexualidade é percebida pelos profissionais que atuam na área da deficiência.

Capítulo 1 – Compreendendo a Sexualidade de uma forma ampliada

1.1 - O Desenrolar da Sexualidade: reflexões necessárias

Como um dos mecanismos relacional, a sexualidade se encontra engendrada às relações sociais vivenciadas no cotidiano, firmada a partir das relações desenvolvidas pelo indivíduo com o universo a sua volta e consigo mesmo (PAULA, REGEN e LOPES; 2011: 27), mesmo que de foro íntimo é perpassada por conflitos e tensionamentos presentes na sociedade nas mais diversas esferas de disputa por poder. Refletir sobre a sexualidade se mostra um desafio por carregar questões bastante controversas dentro da esfera íntima dos indivíduos, mas sem desconsiderar os fatores políticos da esfera pública. Como num movimento duplo e dialético o público influencia o privado e o privado influencia o público.

Dentro do que constitui as relações sociais a forma como se compreende e vivencia a sexualidade também acompanha as transformações da sociedade. Em cada movimento histórico se concebe a sexualidade a partir de uma perspectiva diferenciada, coerente com as ideias, normas, valores e concepções de mundo dentro de determinada época. O que se percebe como um movimento contínuo do que se experimenta como sexualidade são as relações de poder que se estabelecem dentro dessa esfera de forma bastante perceptível ao longo do desenrolar histórico, reflexo das transformações societárias.

Muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós, mulheres e homens, possuímos “naturalmente”. Aceitando essa ideia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter constituído. A sexualidade seria algo “dado” pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções ... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente “natural” nesse termo, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural, produzimos e transformamos a natureza e a biologia e conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações

sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO; 2000, p. 6).

Portanto, podem-se perceber problemáticas em se afirmar a sexualidade como um simples comportamento tido como inerente ao ser humano, como uma questão estritamente biológica e fisiológica apenas. Ao fazer tal afirmação, no entanto, se desconsidera sua complexidade e os diversos fatores que a constroem e que derivam dessa esfera social. Buscar refletir sobre a sexualidade permite entender como a sociedade e as instituições lidam e compreendem o corpo e seus prazeres, e a partir disso constroem certos papéis sociais para os sujeitos, dentro disso estabelecendo que tipos de comportamentos e corpos são tolerados e quais são desprovidos de voz e legitimidade.

Michel Foucault (1926 – 1984), autor de grande relevância na área da sexualidade, realiza estudos nesse campo buscando compreender duas múltiplas determinações, processos históricos e disputas de poder existentes. Suas contribuições foram importantes para se entender como a sexualidade se relaciona com os processos societários, compreender as diversas percepções do corpo e das identidades, e seus diferentes discursos existentes. Para ele, a sexualidade é considerada como um “dispositivo histórico” (1985), uma construção social feita com base nos discursos que regulam as normas, despertando saberes que se constituem como “verdades”.

E como dispositivo se permite entender como uma categoria é construída a partir de compreensões teóricas que se sustentam por meio de práticas e discursos, tendo por base múltiplos fatores e agentes: sociais, históricos e econômicos; e como pano de fundo uma correlação de forças que se entrelaça como uma rede de mecanismos que permite a materialização de regulamentações e controle sobre o que se enquadra como dispositivo.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação do discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT; 1985: 100).

A forma como Foucault desenvolve sua tese sobre a história da sexualidade nos permite compreender a relevância da sexualidade como uma importante categoria para a edificação de saberes e prazeres fundadores de discursos que promovem verdade,

legitimando formas de autoridades. Dessa forma, a sexualidade é não somente mais um fator que contribui para a construção indenitária dos indivíduos e concepções sobre seus corpos, ela se mostra como um elemento para a constituição de instituições que desempenham importantes funções sociais, como por exemplo: as famílias, o Estado e a Igreja.

Dentro disso, se faz necessário trazer à luz o que Foucault desenvolve como sua ideia sobre poder e a partir disso ir mais fundo no que concerne a sexualidade e sua história. Para este autor, o poder não se constitui como uma instituição ou um *status* que lhe conceda autoridade e dominação sobre algo ou alguém. Pois não se pode possuir o poder como se possui algo material: o poder não se limita a concessão ou imposição de algo ou não; não é o exercício da violência ou restrição simplesmente.

O poder para Foucault está nas práticas, ou melhor, nas próprias relações existentes, no movimento de correlação de força e disputa, vinda da multiplicidade existente dos fatores que constroem as relações sociais entre indivíduos, instituições e classe. É nesse movimento existente em diversas esferas que o poder se constitui como “onipotente” e “auto reprodutor” (FOUCAULT, 1985). Por não ser um simples resultado de imposições, é a própria dinâmica do conflito entre os desiguais. Segundo Cardoso Jr. (2011) “Para Foucault, o poder é uma relação que passa tanto por aqueles que dominam quanto pelos que são dominados” (CARDOSO Jr; 2011: 163). Dessa forma o poder constrói a realidade sobre a qual as forças sociais coexistem.

Tendo como ponto de partida a concepção de que a sexualidade se configura como um dispositivo histórico, perpassando por disputas de poder e da sua importância para se entender o corpo e seus determinantes sociais, se faz necessário um resgate histórico para se identificar como se deu seus desdobramentos, visualizando as diferentes formas de se entender o corpo e suas relações com a sexualidade.

O percurso histórico por onde o trabalho caminhará tem início na Antiguidade, a fim de marcar a ruptura que se sucedeu no campo dos discursos existentes sobre a sexualidade. No qual esta passou a ser compreendida a partir de novos valores e condutas após o avanço do cristianismo no Ocidente, sucedida pela ascensão da burguesia, que provocou novas reformulações sobre os parâmetros e discursos sobre a sexualidade. A digressão histórica também conta com a relevância do cristianismo para se compreender a sexualidade nos dias de atuais.

Sintonizando na Antiguidade greco-romana, o corpo possuía uma importante função social como coloca o autor Antônio Maspoli de Araújo Gomes (2006):

O corpo grego era considerado o principal instrumento de construção e defesa da *polis* e, por esta razão, deveria ser modelado pela prática dos esportes e pela arte da guerra. Este corpo, todavia, era considerado neutro em relação à sexualidade, posto que o homem grego não conhecia o conceito de pecado sexual tal como formulado pela teologia cristã (GOMES; 2006, p. 4).

Mesmo que a sexualidade não se assemelhasse ao ideário de pecado orientado por uma doutrina cristã, o certo não seria considerar o corpo grego como neutro, pois existia uma diferenciação bem clara e definida entre os corpos, onde certas funções eram atribuídas e certos comportamentos eram tolerados e outros eram reprimidos.

Tal divisão ocorria por se tratar de uma sociedade dividida entre homens e mulheres totalmente assimétrica, seguindo moldes patriarcais. Dessa forma, a sexualidade também era exercida de forma assimétrica, por estarem destinados a esferas diferentes – mulheres à esfera privada e o homem à esfera pública – a liberdade para exercer a sexualidade era distinta, as mulheres ainda estavam presas à fidelidade conjugal e a maternidade. Já o “homem grego adulto tem uma liberdade quase total: ele pode ter relações sexuais tanto com sua esposa quanto com suas concubinas, hetairas e prostitutas” (CATONNÉ; 1994 p. 32).

O conceito de “pecado sexual” está muito relacionado a uma visão orientada por uma doutrina cristã, onde se constrói uma rede de normativas acerca de uma sexualidade aceitável perante a Igreja e a sociedade, e que muito influencia os comportamentos modernos. Tal perspectiva não se enquadra para analisar a sexualidade na Antiguidade, pois certos comportamentos e vivências sexuais eram consideradas aceitáveis e respeitadas, mas se olhadas por uma visão baseada pela teologia cristã receberiam uma conotação pecaminosa e por tanto deveriam ser reprimidas e condenadas vilmente.

Sobre esses comportamentos e vivências sexuais aceitáveis pela sociedade grega, o que ainda muito trás conflito para a modernidade, seria, por exemplo, a questão de comportamento sexuais que não se restringem ao relacionamento entre sexos opostos – homem e mulher – outras possibilidades de relacionamento não eram condenados. “Na Antiguidade, tem-se um apetite sexual que se satisfaz indistintamente com os dois

sexos. O que importa não é uma identidade ou uma diferença de sexo, mas uma relação de atividade ou de passividade” (CATONNÉ; 1994 p. 34).

Importante esclarecer que a sociedade grega não se concebia o envolvimento sexual e afetivo entre indivíduos do mesmo sexo como homossexuais, pois tal concepção é construída pela modernidade, outros parâmetros para serem entendidos tais comportamentos eram considerados, como a sodomia ou pederastia.

A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma (FOUCAULT; 1985, p. 43).

Como pode ser observada eram as relações de atividade e passividade que interessavam e guiavam o comportamento sexual na Grécia antiga. A relação entre homens era vista como um momento de aprendizagem, possuindo uma função civil de integração, onde o rapaz mais novo da relação – passivo – estava aprendendo sobre suas responsabilidades como cidadão da *polis* (CATONNÉ; 1994, p. 35) tal envolvimento era então valorizado, possuindo certa superioridade.

A pederastia é portanto, uma relação normal e certamente não “contra a natureza”. Ela é valorizada por razões ao mesmo tempo afetivas e sociais. Aos olhos dos gregos, nada é mais belo que o efebo e nada é mais nobre que o sentimento que se dedica a uma pessoa tão bela (CATONNÉ; 1994, p. 35).

Como o que importava era a relação de passividade e atividade, quando homens mais velhos continuavam se relacionando entre si, mas não com rapazes, socialmente o homem que exercia a função de passividade não era tão bem valorizado socialmente e politicamente, tendo em vista que tal comportamento que se estabelecia entre pessoas do mesmo sexo, era destinado para mulheres e rapazes em amadurecimento e aprendizagem. A sociedade grega era portanto assimétrica no que lhe cabia as mulheres e tudo que lhe era próprio da esfera privada e/ou doméstica não era bem requisitado e valorado. A homossexualidade entre mulheres não era bem cotada, mas até certo ponto tolerada, mas a mulher que exercia o papel de ativa na relação não era bem vista socialmente, pois ela é descrita sob a figura de monstro sexual, pois assume um caráter reservado ao macho (CATONNÉ; 1994, p. 37).

A sexualidade na Antiguidade possui certa liberdade para ser vivenciada, o que a limita são as barreiras de divisão de gênero que num mecanismo sistêmico busca

recriminar qualquer atitude ou comportamento que seja próximo daquilo que se concebe como pertencente ao universo feminino, a passividade, a domesticidade, a subordinação, são compreendidas como próprias das mulheres e por isso são destinadas a esfera doméstica e privada, esfera menos valorada dentro da organização política grega, fazendo com que o homem que manifestasse comportamentos próximos ao esperado de uma mulher perdia seu *status* de importância e referência na sociedade grega. Tal movimento de rebaixamento das mulheres não se diferencia muito do que se é experimentado e vivenciado por mulheres e homossexuais na modernidade, em pleno século XXI.

Mas de uma forma geral a sexualidade era entendida mais como um comportamento “natural”, pertinente à sociabilidade entre indivíduos, onde tanto o poder político como a religião também se relacionavam com a sexualidade, não recriminando ou escondendo, como algo que deva ser negado. Este movimento de negação e recriminação veio com o Cristianismo, doutrina que inaugura novos paradigmas para a sociabilidade humana, construindo um campo de valores conservadores, de maneira que se utiliza do patriarcado e das desigualdades humanas como forma de legitimar seu poder e contribuiu para assegurar futuramente que a burguesia se instaurasse como modelo de conduta a ser seguido pela sociedade.

A ética sexual da Antiguidade tardia orienta para uma heterossexualidade de reprodução, sem toda via romper com a bissexualidade. O cristianismo é quem opera esta ruptura. Numa tradição hebraica, São Paulo condena a homofilia como um ato “contra a natureza”. Desde então, somente a heterossexualidade é conforme à natureza. O paganismo opunha atividade e passividade; o cristianismo introduz um outro par de opostos, feito de uma homofilia interdita e de uma heterossexualidade autorizada rigorosamente a prática heterossexual, acima de tudo, ela identifica o próprio sexo ao mal. Uma nova página da história foi aberta (CATONNÉ; 1994, p. 43).

A ascensão do Cristianismo no Ocidente inaugura uma série de transformações sociais e adequações a uma moral cristã que compreende o indivíduo e o corpo de forma diferenciada. Deus passa a ser o centro das atenções e adorações da sociedade e o homem e seu corpo passam para segundo plano, cabendo a estes a subordinação e obediência a Deus que exerce seu poder através da Igreja Católica.

O corpo passa a ser concebido como a morada do mal, do prazer e do pecado. A alma, constantemente ameaçada pelo demônio que habita no corpo deve ser preservada, pois representa o sentido da existência.

O corpo, como substância material está condenado ao sofrimento e à morte, que é quando ocorre a separação corpo e alma (MOUKARZEL; 2003, p.17).

Nesse deslocamento da centralidade do indivíduo para a divindade como centro, o corpo sendo constituído de carne, passa a ser entendido como algo pecaminoso, demonizado, onde o divino, a alma é valorizada. Portanto, essa separação entre corpo e alma, carne e espírito, inaugura uma nova visão sobre a sexualidade altamente rígida, de forma a construir uma moralidade castradora e que seja orientada somente para atender sua função biológica de procriação.

A família, concebida na tradição patriarcal, exalta o poder masculino, reservando a mulher um papel secundário, materno e servil. A virgindade é o ideal celibatário e a luxúria, a prostituição, a fornicação e a homossexualidade, condenadas (MOUKARZEL; 2003, p. 17).

Novas condutas sociais foram colocadas, produzindo papéis e funções sociais para os indivíduos. Percebe-se, portanto que a hierarquia sexual, desigualdade e segregação de gênero, mesmo que anteriormente a construção do próprio Cristianismo, foram aglutinadas e resinificadas, ganhando agora o discurso teológico como reforço, de forma a justificar e manter a dominação masculina. Tal discurso é difundido até os dias de hoje, possuindo um peso significativo na formulação dos perfis e de identidades de gênero.

Dentro desse movimento da doutrina católica, que busca controlar os sujeitos por meio da sua sexualidade envolvendo a negação do seu próprio corpo, se esbarra na questão do desejo. Ao tratar o sexo e o desejo no interior das relações de poder, faz-se necessário aprofundar como estes se relacionam nas disputas de poder sobre a sexualidade.

Sobre essa relação, Foucault (1985) aponta: “a correlação de poder já está onde está o desejo: ilusão, portanto, denunciá-lo numa repressão exercida a *posteriori*; vão, também, partir à catar de um desejo exterior ao poder.” (1985, p.79)

Torna-se possível então vislumbrar mais nitidamente, por meio das contribuições de Foucault, como o Ocidente, aliado a uma moral cristã, estreitou as relações de poder e sexo relacionando-se com as tentativas de acometer as questões relativas ao desejo dentro da esfera sexual. O autor traça, portanto, algumas características dessa relação.

A primeira característica é o aspecto sempre de negativa, que leve de alguma forma a negação da sexualidade, seja pela recusa, ocultação, rejeição, sempre lhe dizendo que não. Sustentando tal argumento a segunda característica, o poder adquire um *status* de ditador de regras sobre o sexo, construindo uma dicotomia entre o que se permite e o que deve ser proibido, ficando sobre o domínio de regras. O paralelo que se estabelece nesse domínio sobre a lei é através da linguagem, “a forma pura do poder se encontrar na função do legislador; e seu modo de ação com respeito ao sexo seria jurídico-discursivo” (1985, p. 81).

A terceira característica muito se relaciona com a negação, construído uma profundidade tamanha, que se torna necessário à própria renúncia do sexo, permitindo que a punição se legitime com seu instrumento de suspensão, para se alcançar sua inexistência (19985, p. 81). A lógica da censura constrói um desenrolar de causa e efeito nas características anteriores de forma a configurar como instrumento de censura, logo o que não existe é ao mesmo tempo proibido e incapaz de ser descrito.

A última característica permite entender tamanho poder existente dentro da sexualidade, ao unificar-se como um dispositivo, de forma orgânica, os cerceamentos ganham dimensões para serem efetivados por diversos sujeitos, instituições, normatizações, exigindo subordinação e cumprimento das normas que desqualifiquem e desprezem as potencialidades e realização do desejo.

Permite-se compreender de que forma a Doutrina cristã e outras instâncias de autoridade conseguiram enraizar uma moral sexual baseada na negação, recriminação e renúncia dos desejos a partir de um discurso teológico e estabeleceu mecanismos de controle e subordinação dos corpos, exigindo comportamentos coerentes com suas normas como forma de aceitação e valorização na sociedade.

Com o declínio da sociedade medieval sustentado pelo Feudalismo, um novo modelo de organização social e econômico passa a ganhar força. Encabeçado por uma elite burguesa, mudanças sócio-políticas ocorreram a partir de uma revolução que criticava as bases do antigo regime, como a superstição, o fanatismo e a intolerância religiosa, pois acreditavam que esses eram os principais obstáculos à construção de um mundo melhor e mais racional. Portanto, passou a se considerar o homem como o centro do universo, símbolo de uma racionalidade e cientificidade, desencadeadora de novas condutas sociais, econômicas e políticas. No que tange a sexualidade uma postura

castradora que aprisionou cada vez mais as manifestações sexuais aos espaços privados, sob orientações que justificassem os princípios fundadores da nova organização constituindo-se assim as bases do Capitalismo (MOUKARZEL, 2003).

A nova orientação econômica traz novos entendimentos e funções para o corpo, anteriormente o corpo era dedicado ao divino, a dualidade entre espírito e carne direcionava a função do indivíduo que seria a de servir a Deus como redenção de seus pecados em função da carne. A nova organização social por deslocar a centralidade de Deus e colocar o homem como centro passou a valorizar as vontades individuais, o homem centrado em si mesmo e a busca pelo lucro. Em decorrência desses novos valores o corpo passou a ter uma clara função destinada ao trabalho. O sexo subjetivo, humano, prazeroso definitivamente ainda não se é compreendido dessa forma, em decorrência da produtividade burguesa para a obtenção de lucro por meio do trabalho, a moral sexual dominante rígida e repressiva influencia a intimidade doméstica regulando a sexualidade.

A valorização do corpo deve mesmo ser ligada ao processo de crescimento e de estabelecimento de hegemonia burguesa, mas não devido ao valor mercantil alcançado pela força de trabalho, e sim pelo que podia representar política, econômica e, também historicamente, para o presente e para o futuro da burguesia, a “cultura” do seu próprio corpo. Sua dominação dependia dele em parte, não era apenas uma questão de economia ou de ideologia, era também uma questão “física” (FOUCAULT; 1985, p. 120).

O que a Revolução Burguesa trouxe como transformações para o ocidente foi tão grandioso que atingiu as diversas formas de sociabilidade. Tendo a busca por conhecimento mais apurado e científico, como um dos seus eixos, traz o ser humano como central, permitindo conhecer o indivíduo de forma mais ampla, liberando o corpo do domínio da Igreja para o universo da ciência.

Com essas novas formas de conhecimento sobre a sociedade e sobre o corpo, as antigas estruturas de dominação e autoridade precisaram ser aperfeiçoadas para que a hegemonia burguesa tivesse cada vez mais um enraizamento e legitimidade. Dessa forma, o casamento necessitou passar por uma reconfiguração para que se entendessem melhor suas formas de dominação.

Como a propriedade privada é algo muito valorado dentro desse novo desenvolvimento burguês - o Capitalismo - o casamento ganhou um significado

importante dentro disso. Onde ele se tornou, para além de um sistema de matrimônio, um meio de fixação e desenvolvimento de parentescos, principalmente de transmissão de nomes e dos bens (FOUCAULT, 1985, p. 100) intensificando a importância da concentração de capital, se enquadrando no que Foucault (1985) conceitua como dispositivo de aliança.

Em decorrência dos novos saberes que a sociedade burguesa passou a ter acesso em decorrência dos avanços científicos e teóricos que a sociedade ocidental desenvolveu impulsionada pela ascensão da burguesia, se mostrou necessário, dentro deste contexto se refletir sobre o indivíduo e seus desejos. Por isso, passou a ser necessário que a sexualidade fosse percebida de outra forma, extrapolando sua função biológica de reprodução e fugindo dos dogmatismos cristãos que estigmatizavam o corpo e seus desejos como pecaminosos.

O dispositivo de aliança não permitia aprofundar o conhecimento sobre a sexualidade e, conseqüentemente estabelecer mecanismos de controle sobre ela. Desse modo, o dispositivo de sexualidade permite esse olhar diferenciado, porque ele se articula juntamente com o dispositivo de aliança. Como coloca Foucault:

O dispositivo de aliança conta, entre seus objetivos principais, o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege; o dispositivo de sexualidade engendra, em troca, uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle. Para o primeiro, o que é permitido é o vínculo entre parceiros com *status* definido; para o segundo, são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam (1985, p. 101).

Permite-se vislumbrar como cada dispositivo analisa uma área importante dessa relação existente. O dispositivo de aliança valoriza os vínculos existentes, sendo necessário que o casamento seja instituído, tendo uma função civil e política importante, tanto para um *status* social, como marido e mulher – transmissão de nomes – como para assegurar a concentração de propriedade privada – transmissão de nomes e bens.

No que se configura como as esferas mais subjetivas dos indivíduos, o dispositivo de sexualidade age, como uma forma de compreender as relações existentes entre esses sujeitos, como esse corpo se desenvolve e sente, permitindo se construir mecanismos de controle sobre essa esfera.

Esses dois dispositivos agem de forma a contribuir para a esfera econômica, no sentido que o dispositivo de aliança age na concentração de capital e o dispositivo de sexualidade age no sentido do pensar a produtividade desse corpo, sendo um corpo que produz economicamente. Ter acesso a esse conhecimento e perceber o corpo de forma a intensificar a produção, é o que o dispositivo de sexualidade busca. Compreendendo dessa forma que:

O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais global (FOUCAULT, 1985, p. 101).

A partir do momento que se permitiu se ampliar os conhecimentos acerca do homem, compreendendo então seus desejos, prazeres e possibilidades de seu corpo, que dentro de uma sociabilidade burguesa vão ser necessárias para que esse corpo possa produzir, a partir da valorização do trabalho e assim gerar lucro. Identificou-se então que a sexualidade é um espaço dotado de grande instrumentalidade para a articulação dessas relações de poder e dominação (Foucault, 1985, p. 98).

Com essas ampliações dos conhecimentos e de saber a cerca do ser humano e, portanto da sua sexualidade, identificando como mecanismo de dominação, se percebeu que a sexualidade é diversa, que esses comportamentos não podem ser compreendidos de uma única forma e de forma limitada, pois nenhum ser humano se relaciona de maneira única e que as relações sociais são amplas e plurais. Dentro disso, Foucault consegue visualizar que a partir do século XVIII quatro grandes conjuntos estratégicos de se compreender a sexualidade se desenvolverem, constituindo assim como dispositivos de controle de saber e poder a respeito do sexo. Esses dispositivos têm implicações profundas dentro da sociabilidade humana, pois eles estabelecem funções para papéis e sobre os corpos que estão nessa sociedade.

Dessa forma, Foucault categoriza em quatro dispositivos: o primeiro seria a histerização do corpo da mulher, por meio dos múltiplos conhecimentos que foram desenvolvidos, a medicina e a cientificidade sendo muito presentes nesse processo de compreensão dos corpos e na busca por dominação, a histerização do corpo da mulher é construída em cima de um processo de movimento triplo, em que o corpo da mulher foi saturado de sexualidade, em que ele foi concebido enquanto como um corpo

hipersexualizado, este corpo foi então integrado de uma patologia, requisitando de cuidados médicos para se entendido.

A terceira característica que construiu a histerização do corpo da mulher foi a percepção de que este corpo é pertencente ao espaço familiar, que possui a figura da mãe como seu expoente. “A mãe como sua imagem e negação da ‘mulher nervosa’ constituída como figura dessa histerização” (Foucault, 1985: 99). Essa figura feminina materna que reúne essa triple em que é uma mulher com um corpo sexual, corpo que necessita de um olhar médico para suas necessidades e por isso é um corpo desviante, e a terceira é que esse corpo possui uma função de procriação, sendo geradora.

O segundo dispositivo seria a pedagogização do sexo das crianças, na história esse passa a ser um importante momento em que se olha para a criança de uma forma diferenciada, destacando a existência sobre a particularidade essa fase da vida.

Importante destacar que o reconhecimento da infância em meio ao século XVIII, só foi possível em decorrência das mudanças sociais, culturais e econômicas da época, em que se definiu uma separação em classes sociais, pois os costumes ao mudar estabeleceram novas condutas para se vestir, passou a se preocupar com a educação e bem estar das crianças em particular (ARIÉS, 1981).

Em decorrência dessas mudanças sociais na forma como se passou a perceber essa fase da vida, a infância, reconheceu-se que estes indivíduos possuem uma sexualidade própria, em desenvolvimento e que, portanto, requer uma pedagogização, um cuidado especial nessa fase e sobre esse assunto.

O terceiro seria as condutas de procriação, que aqui se faz necessário pensar as condutas de procriação dentro de três âmbitos, a área econômica, política e médica, repensando os valores que constroem e formam a família, no sentido de controlar a prole, a natalidade, onde a intervenção medica se fez muito presente.

O último dispositivo de dominação de saber e poder sobre o sexo seria a psiquiatrização do prazer perverso. Como esse olhar medicalizador passa a ser uma lupa para se analisar a sociedade, se passa a ver os desejos desviantes de uma norma heteronormativa como desejos desviantes, então tudo que for visto fora da norma vai ser colocado como uma patologia, anomalia, sendo necessária uma intervenção medica.

Dentro dessa psiquiatrização do prazer, se tem a questão das pessoas homossexuais que apresentam comportamentos desviantes de uma norma heteronormativa.

Todos esses dispositivos tem por base a articulação de um saber e poder, em que o poder dessa correlação de forças entre as classes antagônicas se faz necessário ser ressaltado. E o saber sobre o corpo e suas necessidades, mesmo que amplo e diferente do período anterior, se mostra sempre a serviço da dominação da classe dominante – a classe burguesa.

1.2 – Família: agente de vigilância e controle da sexualidade

Faz-se necessário, portanto se pensar a família dentro dessa nova ordem societária. A família burguesa possui uma centralidade vista a partir de uma importância política e econômica, dentro dessa nova sociabilidade. A família se torna um espaço de concentração de riquezas e formação de indivíduos voltados para a reprodução do trabalho em busca de lucro.

A nova ordem societária constrói uma sociedade dividida em classes, em que a classe proletária estaria destinada a produção e vender sua força de trabalho para sobreviver. A classe burguesa seria a detentora do lucro produzido pela classe trabalhadora e por seu *status* de dominação constituiria as normas e comportamentos a serem seguidos pela sociedade. Dentro disso, a família constitui um foco importante para se observar os controle e produção de mão de obra.

A família burguesa, construída dentro de um casamento reconhecido legalmente por instituições de autoridade e poder dentro da sociedade designa um padrão comportamental e valorativo. Além disso, a família burguesa estabelece papéis sociais muito bem definidos para homens e mulheres e condutas sexuais – a heteronorma (Foucault, 1985, p. 39).

Constituindo-se como uma estrutura patriarcal, sendo este um sistema social que assegura o poder no homem dispondo de controle sobre a mulher e os filhos, estigmatizando papéis e funções sociais bem definidas para homens e mulheres (SAFIOTTI, 2004). A mulher deverá ser obediente, submissa ao marido, em contra

partida o homem é visto como o chefe de família, que trabalha para sustentar a família e a ele cabe autoridade dentro do seio familiar e na esfera pública.

A divisão do trabalho entre os sexos tem sido fundamental para essa dicotomia desde seus princípios teóricos. Os homens são vistos como, sobretudo, ligados às ocupações da esfera da vida econômica e política e responsáveis por elas, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e reprodução. As mulheres têm sido como “naturalmente” inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família. Esses pressupostos, como se poderia esperar, têm efeitos de grande alcance na estruturação da dicotomia e de cada uma das esferas que a compõem (OKIN, 2008, p. 308).

Dentro desse núcleo familiar estão enraizadas as hierarquias de poder estruturantes desse novo modelo de sociabilidade. Essa família impõe uma heterossexualidade compulsória, onde o casal considerado como legítimo é o composto por um homem e uma mulher, constituindo-se assim uma regra social e sexual. Qualquer outra constituição de família é negada.

Constituindo-se como um significativo núcleo para a formação e sociabilização dos indivíduos, concentrando normas e valores importantes para a sustentação de uma estrutura social e econômica. A família é um polo de dominação e vigilância da sexualidade, no intuito da materialização da norma heterossexual e de relações patriarcais.

Pode-se dizer o mesmo da família como instância de controle e ponte de saturação sexual: foi na família “burguesa”, ou “aristocrática”, que se problematizou inicialmente a sexualidade das crianças ou dos adolescentes; e nela foi medicalizada a sexualidade feminina; ela foi alertada em primeiro lugar para a patologia possível do sexo, a urgência em vigia-la e a necessidade de inventar uma tecnologia racional de correção (Foucault; 1985, p. 114).

A família como um polo de domínio e doutrinação da sexualidade, de forma a controlar e destinar a sexualidade feminina apenas para a reprodução, de forma a criar estratégias que constrói um discurso patologizador sobre tal sexualidade. A família se mostra o agente fiscalizador da sexualidade da criança, reprimindo desde o início a criança no movimento de descoberta do próprio corpo cerceando qualquer ação de descoberta e vivência da sexualidade na infância, construindo impactos para toda uma vida deste indivíduo.

Sobre outro aspecto que família exerce domínio e controle sobre a sexualidade de seus membros é o enraizamento de uma norma heterossexual, que naturaliza sentimentos, comportamentos e desejos sexuais de forma a excluir qualquer outra manifestação e buscar por prazer e afetos que não seja a relação entre um homem e uma mulher.

Capítulo 2 - Sexualidades Periféricas: os corpos que não seguem a ordem

2.1 – As mulheres e a sexualidade que lhes cabe

As relações sociais foram construídas de forma a legitimar autoridades de determinadas classes e indivíduos, em meio às relações de disputa de poder o sexo se mostrou como uma importante ferramenta de dominação dos indivíduos e de construção de saber sobre os corpos.

A categoria do “sexo” é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de “ideal regulatório”. Nesse sentido, pois, o “sexo” não apenas funciona como uma norma, mas é parte, de uma prática regulatória que produz os corpos que governam, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivos, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que ela controla (BUTLER, 2000, p. 111).

Tendo como marco a sexualidade como formadora de normas, através da história se permitiu constatar que as formas patriarcais que influenciam a sociabilidade podem ser encontradas em sociedades anteriores ao Capitalismo. O que a sociedade do capital trouxe de diferente para as relações patriarcais foi a utilização dessas divisões hierarquias sociais como forma de se otimizar a exploração em prol da concentração de riquezas e extração de lucro.

Para além de uma sociedade dividida entre gênero, classe e raça (CISNE, 2014; SAFFIOTE, 2004 & TOITIO, 2013), que decorre valores preconceituosos e discriminativos sobre esses sujeitos, a sociedade do capital se apropria desses instrumentos discriminatórios para gerar lucro. São essas pessoas em vulnerabilidade e desigualdade que são as mais exploradas e desvalidas de bens materiais e subjetivos que contribuem para a sua sobrevivência.

Assim, por meio das apropriações advindas das relações de “raça”/etnia e sexo, o capitalismo amplia um grande contingente humano disponível para os mais baixos salários, aumentando, portanto, a sua capacidade de exploração do trabalho associada a essas apropriações (CISNE, 2014, p. 146).

A sociedade burguesa inaugura um modelo de exploração de riquezas que permite construir um falso imaginário de que seus cidadãos são livres e iguais, mas o que de fato se materializa, uma sociedade profundamente desigual e cerceadora, onde

apenas para alguns existe espaço e meios para exercer uma vivência digna, aos demais que possuem sua vivência negada ou reprimida e controlada, o que resta é a marginalização e segregação.

Para as feministas materialistas francesas, existem três formas de divisão do trabalho: a divisão social do trabalho, que dá origem às classes sociais, a divisão racial do trabalho, que sustenta a construção dos grupos “racializados”, e a divisão sexual do trabalho que engendra a divisão da humanidade em dois grupos “sexuados” (homem e mulher). Esta forma de divisão do trabalho organiza as relações sociais de sexo, as quais se assentam em dois princípios fundamentais: o princípio de separação, que divide os trabalhos de homens e trabalho de mulheres; e o princípio de hierarquização, devido à atribuição maior de “valor” ao trabalho considerado de homens em detrimento do trabalho considerado de mulher. Assim, a divisão sexual do trabalho tem por características a distinção prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc) (TOITIO, 2013, p. 4).

Assim se contextualiza a divisão sexual do trabalho que formaliza as cisões de gênero, entre homens e mulheres, resultando em relações hierárquicas de dominação e opressão que para se legitimar constantemente se utiliza da violência sobre a mulher para assegurar o *status* elevado do homem dentro da sociedade do capital, lhe conferindo autoridade e privilégios sobre os demais corpos e indivíduos.

Os frutos da divisão sexual do trabalho aliado a uma estrutura patriarcal de poder pode ser percebida no que se relaciona na sexualidade dos indivíduos, tanto as mulheres como para as demais sexualidades existentes sofrendo rebatimentos graves em suas vivências. Pois como a autora Saffioti (2004) argumenta e aprofunda na discussão colocando que o Patriarcado não se restringe apenas ao âmbito familiar, mas atravessa a sociedade como um todo.

Caberia, então, novamente, a pergunta: por que se manter o nome patriarcado?

Sistematizando e sintetizando o acima posto, porque:

1-não se trata de uma relação privada, mas civil;

2-da direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. [...]

3-configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;

4-tem uma base material;

5-corporifica-se;

6-representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na tolerância (SAFFIOTI, 200, p. 57).

Destina-se a esfera doméstica às mulheres, onde o dispositivo de aliança (FOUCAULT, 1985) formaliza e demarca a sexualidade feminina determinada à reprodução e cuidado com a prole. Exigindo que a mulher destine sua vivência para os cuidados da casa e sua família, se retira das mulheres a possibilidade de experienciar a sua sexualidade de forma autônoma em busca da realização de seus desejos e prazeres. Em contrapartida, permite que o homem, principalmente seu marido, tenha liberdade e autoridade para usufruir da sua sexualidade, podendo se utilizar do corpo feminino para a realização dos seus próprios desejos e prazeres, transformando o corpo feminino em um simples objeto à disposição do homem. “Um dos elementos nucleares do *patriarcado* reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido” (SAFFIOTI, 2004, p. 49).

Essa estrutura patriarcal dividida sexualmente, mas também em classe e raça, autoriza a violência contra os indivíduos que não se encontram em posição de autoridade por não reconhecerem os sujeitos vulneráveis em sua humanidade ampla e diversa, e por incentivar constantemente o uso da força como forma de disputar e medir espaços e poder. Dentro das construções sociais as mulheres se encontram vulneráveis e como uma das maiores vítimas dessas estruturas de opressões.

O saldo negativo maior é das mulheres, o que não deve obnubilar a inteligência daqueles que se interessam pelo assunto da democracia. As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, do contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem (SAFFIOTI, 2004, p. 35).

Em consequência a essas estruturas de dominação se constrói uma norma sexual excludente, onde se reconhece apenas um modelo de sexualidade aceitável, a heterossexual, constituída por um homem e uma mulher. Tal norma formaliza afetos e condutas sexuais que sejam voltadas apenas a considerar válido e aceitável, perante a justiça, a sociedade e a Igreja, as relações constituídas sob o binarismo de gênero – masculino e feminino, excluindo quais quer outras formas de construções indenitárias e afetos. “Em geral e através dos tempos, o sexo foi utilizado para oprimir as mulheres,

como instrumento de uma moral feita para domina-las e, ao mesmo tempo, usá-las como agentes de dominação” (MOTENEGRO, 1981, p. 45).

2.2 – Refletindo a heteronorma

A maneira como a sexualidade foi sendo construída ao longo da história se deu por base de uma intensa disputa de poderes como vem sendo apresentada ao longo do presente trabalho, no que se relaciona ao período que se deu início a ascensão da classe burguesa, a disputa de poder se orientava em grande medida por fatores econômicos que objetivava o lucro. Dessa forma, com o desenvolvimento de novos saberes sobre o sexo e sobre os indivíduos proporcionou um aumento do controle e, conseqüentemente, do poder sobre a população. Dentro disso se percebeu que formas diversas de se vivenciar a sexualidade foram sendo exploradas.

Na mesma medida, mecanismos de repressões das possibilidades da sexualidade foram desenvolvidos. A justificativa para tais sistemas de controle e restrição da sexualidade estaria na busca por assegurar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora, atrelada aos discursos teológicos da Igreja Católica, constituindo-se condições jurídicas para os “perversos” que saem da norma. As tidas irregularidades sexuais foram compreendidas como doenças mentais, onde a medicalização e patologização dos prazeres se constituíram como grandes discursos para o controle. A infância foi um dos grandes focos para os discursos normativos, onde se buscou trilhar um desenvolvimento sexual aceitável desde a infância. Por meio desses mecanismos de normatização da sexualidade, constituindo a norma do aceitável e permitido se enfatizava que os comportamentos desviantes eram tidos socialmente e judicialmente como abominações.

O casal que se enquadra à norma sexual não é interrogado nem deslegitimado. Por outro lado, os que não se limitam aos padrões normativos da sexualidade são objetos de segregação, sendo considerados como anormais, manifestando uma sexualidade julgada como periférica.

Foucault (1985) afirma que a classificação e a ordenação dessas sexualidades periféricas buscam excluí-las através da interdição de seus desejos, além de operar quatro formas distintas de proibição. A primeira a ser considerada como alvo de repulsa,

por não condizer com os modos apropriados de se vivenciar a sexualidade, levam em conta três vivências: As relações consanguíneas, o adultério e a sexualidade das crianças, no que se refere à própria descoberta do corpo – a masturbação - , foram rechaçadas por meio de diversas estratégias discursivas e até mesmo pedagógicas, com o intuito de que essas práticas fossem reprimidas ao máximo.

Mas de fato o foco maior da atenção foi dada no sentido de coibir a masturbação infantil, controlando o comportamento das crianças, pois era visto como algo que não deva ser praticado e deva ser encarado como um segredo de esfera íntima.

O segundo comportamento sexual considerado como sexualidade periférica é a sodomia – homossexualidade – para além de se entendido como um comportamento sexual do sujeito a ser considerado como pervertido se configurou como uma especificação do indivíduo que praticasse tais condutas sexuais. Buscou-se compreender como esse sujeito se constitui desde sua infância, pois “nada daquilo que ele é, no fim das contas escapa à sua sexualidade” (FOUCAULT, 1985, p. 43). Essa necessidade de se especificar esse sujeito “diferente” derivado de seu comportamento sexual desviante se opera pela concepção de que este é um comportamento anormal, não-natural, e por isso uma espécie diferente.

Importante destacar que por mais que tais comportamentos sexuais já existissem na sociedade, podendo ser percebida ao longo do desenrolar da história em diversos contextos, Foucault destaca:

É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constitui-se no dia em que foi caracterizada – o famoso artigo de Westphal em 1870, sobre as “sensações sexuais contrárias” pode servir de data natalícia – menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de intervir, em si mesmo, o masculino e o feminino (FOUCAULT, 1895, p. 43).

A terceira opção quando consideramos que desta catalogação das espécies à necessidade de uma vigilância mais constante, exigindo uma proximidade maior com o indivíduo mediante exames e observações, a medicina passa a exercer uma função importante neste funcionamento do poder. Ao tomar o seu encargo a sexualidade, o poder adquire um incremento em sua eficácia e no seu campo de domínio.

O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, mito bem, ter como objetivo global e aparente dizer *não* a todas as sexualidade errantes ou improdutivas mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder (FOUCAULT, 1985, p. 45).

A última operação aparece mais como uma consequência. São os dispositivos de saturação sexual tem na família o seu maior exemplo, onde o modelo de família considerada socialmente como relação conjugal legítima civil e socialmente é a monogâmica e heterossexual, restringindo e desconsiderando as múltiplas sexualidades.

Para o autor, esta significa que não se podem reduzir as relações familiares à relação conjugal e estendê-las na forma de uma projeção de desejos interditos sobre as crianças, visto que este modelo não consegue dar conta das sexualidades concernentes a estes dispositivos de sexualidade. Fica claro que, longe de ser somente uma reprodução do modelo repressor, a família é um dispositivo de multiplicação das relações de poder. As sexualidades periféricas não são resultantes de um poder que procura inibi-las, mas são o resultado de múltiplos dispositivos de poder que atuam sobre os corpos dos indivíduos.

Dentre os diversos dispositivos que atuam na doutrinação dos corpos que foram sendo abordados ao longo do trabalho, o dispositivo de heterossexualidade é um importante elemento de restrição das sexualidades e identidades.

A partir da história moderna e contemporânea, o discurso médico sobre os diversos aspectos da vida humana foram ganhando espaço e legitimidade cada vez maior dentro das esferas de conhecimento e saberes sobre a vida. Em decorrência desses discursos e com o respaldo da outras áreas de produção de “verdades”, como os discursos teológicos e científicos, definiram a homossexualidade como uma patologia, um desvio da conduta sexual normal, buscando deste modo muda-la para o “padrão” dominante vigente da heterossexualidade.

A relação heterossexual compreendida como a relação social obrigatória entre “homem” e “mulher”, onde o pensamento hetero desenvolve uma interpretação totalizante da história, da realidade social, da cultura, da linguagem e simultaneamente de todos os fenômenos subjetivos. O caráter opressivo de que se reverte o pensamento hetero consubstanciando uma universalização de leis e condutas sociais que busca ser

aplicável em todas as sociedades, a todas as épocas e a todos os indivíduos como uma lei universal.

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e “fêmea”. A matriz cultural por intermédio do qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de “identidades de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformam às normas da inteligibilidade cultural. Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidades, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero (BUTLER, 2010, p. 39).

Com a demarcação do lugar do heterossexual e das demais classificações de grupos socialmente dominantes, o poder é assim naturalizado entre esses grupos de referência que ocupam posições centrais, ditando as demais formas de representação, pois falam por si e imprimem uma tentativa de discurso universal, como dito anteriormente, tais parâmetros estabelecem os sujeitos dominados e fora da ordem pela negação de suas particularidades.

Desta forma, a heterossexualidade se naturaliza, como comportamento universal e normal, as demais orientações são consideradas como antinaturais, anormais e sob o discurso patológico. Porém, entender a sexualidade como construto histórico significa destacar o fato da “normalidade” heterossexual ser também fruto de construções. Aqui se permite conectar novamente com cerne das desigualdades estruturantes do capital, a divisão sexual do trabalho, que para além da divisão entre homens e mulheres dessa forma atribuindo funções distintas para os indivíduos de forma a hierarquiza-los, também constrói um padrão heteronormativo que orienta a vivência sexual e os afetos.

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa

diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual (BUTLER, 2010, p. 45).

Os parâmetros valorativos dentro da sociedade do capital, como o masculino e o heterossexual, não apenas oprime homossexuais, mas também muitos outros diferentes do padrão, oprime todas as mulheres e muitas categorias de homens. As estratégias de disciplinamento e controle produzem individualmente culpa e vergonha, remetendo ao segredo e ao privado, permeados por processos de controle e censura sociais, e que acabaram por incorporar-se e constituir a subjetividade dos sujeitos. Isso resultado do deslocamento da percepção social e política da sexualidade em seu sentido amplo e complexo, restringindo apenas a esfera íntima carregando assim o peso da invisibilidade e restrição para sua vivência e sociabilidade.

Voltando ao que Foucault (1985) refletiu sobre as sexualidades periféricas, em que o homossexual se tornou objeto de especificação sendo compreendido como outra espécie, percebe-se que todas as ramificações de dominação e controle da sexualidade efetivadas por meio da padronização da heterossexualidade repercutem na descaracterização do sujeito retirando sua humanidade e autonomia.

A questão da homossexualidade deve ser trabalhada como uma questão a ser considerada em um contexto global. Isto é, o ser humano deve ser visto como um ser total e não apenas voltado para o sentido sexual e seus comportamentos, afinal os indivíduos são complexos e amplos, não podendo ser reduzidos somente a partir da forma de expressar sua sexualidade.

A matriz de dominação orienta e estabelece parâmetros de aceitação e legitimidade para os sujeitos em sociedade. A norma heterossexual que divide e hierarquiza os indivíduos em masculinos e femininos pressupõe uma generalização do “corpo” possuidor de significado sexual. Para além das questões subjetivas e comportamentais dos indivíduos a norma estabelece conceitos aceitáveis para os padrões corpóreos.

O corpo que apresenta fisicamente elementos desviantes do estabelecido como aceitável sexualmente e socialmente, se encontra renegado a sua condição de sujeito possuidor de autonomia e desejos, impedido de vivenciar as esferas mais singelas de sociabilidade.

A matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que

ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio seja circunscrito (BUTLER, 2000, p. 111).

A norma se legitima como regime orientador de condutas não somente pelo cumprimento dos padrões estabelecidos, mas se confirma como parâmetro a partir dos que não correspondem aos seus preceitos. A matriz heterossexual se constitui como norma regulatória da sexualidade justamente por excluir a diversidade sexual e indenitária. O padrão do corpo aceitável sem deficiência é valorizado como alvo de desejo por desconsiderar a existência e os desejos dos corpos com deficiência, por justamente não corresponderem aos padrões hegemônicos de sociabilidade e estética.

A própria construção individual possui elementos pertencentes à norma como também é formada por elementos que desviam do padrão, e por ele é repudiado. Em grande medida os sujeitos considerados abjetos não são pautados como sujeitos em si, são desconstituídos de voz, legitimidade perante a ordem social e jurídica, “abjeção de certos tipos de corpos, sua inaceitabilidade por códigos de certos tipos corpos, sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade, manifesta-se em políticas e na política e viver com tal corpo no mundo é viver nas regiões sombrias da ontologia” (BUTLER, 2002, p. 157). A estes corpos são destinados processos de invisibilidade, de vulnerabilidade, subordinação e segregação.

2.3 – Sobre corpos considerados abjetos: a sexualidade dos corpos com deficiência

A história da humanidade muito se estruturou nas dificuldades de aceitação e convivência com a diversidade, enquadrando a capacidade afetiva e a originalidade da expressão sexual como privilégio do corpo saudável, desejado e sem deficiência.

A deficiência é uma experiência vivida por diversas pessoas em nossa sociedade, e tal experiência não se restringe apenas para os que possuem alguma doença, lesão ou limitação corporal. A deficiência se apresenta para as pessoas que vivenciam formas corpóreas divergente da norma e que por conta de sua diversidade corporal, causada por diversos motivos, sofrem com a opressão pelo corpo, e por isso os deficientes

experimentam a deficiência como uma apartação social, visto que a sociedade e o meio impõem restrições tanto de acesso quanto de sociabilização para essas pessoas.

A norma estabelece um corpo ideal onde não abre espaço para as diversas formas de expressividade humana, permitindo assim que se considere as pessoas com deficiência sob a regência do que Butler compreende como sendo um corpo abjeto, “o abjeto para mim não se restringe de modo algum à sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas “vidas” e cuja materialidade é entendida como “não importante” (2002: 161), pois tal categoria permite entender como as diversas existências humanas são excluídas de um reconhecimento por não responder as expectativas normativas.

As pessoas com deficiência são reduzidas as suas características diferenciadas e suas necessidades específicas decorrentes da sua condição de deficiente, por exemplo, a utilização de cadeiras de rodas, e no caso das pessoas cegas o uso da bengala, são compreendidas como fatores que requerem uma dependência e cuidados exacerbados. Fazendo com que sejam excluídos das esferas sociais, vítimas de processos de invisibilização e subalternização por não serem considerados como corpos notórios de identidades e legitimidades. A opressão que recai sobre esse grupo social é construída de mecanismos de desigualdades e marginalização em busca de uma dominação e controle desses corpos que apresentam formas diferenciadas de performatividade.

Se a opressão é resultado de dispositivos que desqualifiquem alguns grupos sociais e os colocam em posição de subalternidade, a discriminação das pessoas com deficiência pode ser descrita como um efeito da opressão. A marginalização, como uma das faces da opressão, significa a ausência de espaço ou de possibilidades compartilhadas de participação na sociedade por alguns grupos, que passam a viver à margem das relações socialmente valorizadas. As pessoas com deficiência podem ser marginalizadas por estigmas associados às suas características corporais, o que resulta em privações materiais, em não participação nos momentos de decisão política e até mesmo em extermínio. As diversidades corporais não são recebidas em igualdade de condições nos espaços públicos nem mesmo pelas atitudes cotidianas, o que pode levar uma pessoa com deficiência ao isolamento social (BARBOSA, SANTOS & SILVA; 2010, p. 176).

Em decorrência de tais compreensões que não consideram as pessoas com deficiência como indivíduos legítimos reconhecendo suas dimensões enquanto sujeitos políticos e sociais, não seria diferente ao se tratar da sexualidade dessas pessoas. A

opressão que recai sobre elas nega de forma ampla as experiências sociais e políticas que podem ser vivenciadas por elas. A sexualidade entra como uma dessas esferas negada.

Muitos discursos são proferidos sobre a sexualidade das pessoas com deficiência de forma a corroborar com a estigmatização dessa população enquanto não sujeitos, sendo assim discursos que formalizam a necessidade de controle sobre esses diferentes corpos e a segregação destes, se entendendo como uma sociedade que não sabe lidar com as diferenças corpóreas.

Portanto, se faz necessário debruçar sobre os diversos *mitos* construídos sobre a sexualidade destes indivíduos, afim de compreender como lhe é negado esta esfera de sociabilidade. Com relação ao que seria considerado como *mito* dentro das estratégias discursivas de controle e repressão dos corpos, se utilizará da explicação feita por Maia e Ribeiro (2010) sobre o termo:

Mitos como uma expressão que identifica o conjunto de ideias preconceituosas e limitadas; em geral, crenças reproduzidas sem fundamento, apenas baseadas em preceitos ou pré-conceitos e atribuídos a um grupo específico em determinada condição. Neste caso específico, tratam-se daquelas ideias que são generalizadas ao fenômeno da sexualidade e da deficiência e que traduzem um modo estereotipado de compreender a questão (MAIA & RIBEIRO; 2010, p. 162).

Refletir sobre essas concepções é importante para compreender quais as amarras sociais aprisionam certos grupos sociais a espaços marginalizados e de que forma suas necessidades são cerceadas em nome de padrões preconceituosos e discriminatórios. Se faz necessário refletir e desmistificar tais mitos sobre a sexualidade desses indivíduos para que se possa enxergá-los como sujeitos de direitos que devem vivenciar a sua sexualidade assim como outras esferas da vida humana desprovidos de preconceitos e cerceamentos. É necessário se refletir sobre tais assuntos, pois assim se abre espaço para rever condutas opressoras sobre a sua própria sexualidade e sobre a sexualidade dos sujeitos que são invisibilizados pelos padrões normativos de sexualidade.

Inicialmente o que se percebe é que as pessoas com deficiência estigmatizadas pela sua deficiência não recebem a devida atenção no que se referem as suas reais necessidades e demandas, existe um silenciamento do individuo com deficiência que o impede de manifestar seus sentimentos, dúvidas e inquietações sobre o tema. Dessa

forma, estes indivíduos acabam por possuir um entendimento ordinário sobre si mesmos, sobre seus corpos e sobre o próprio mundo a sua volta, dificultado e segregando o sujeito dos processos socializatórios.

Com relação aos mitos sobre a sexualidade das pessoas com deficiência o primeiro que se pode perceber são as concepções errôneas sobre o desenvolvimento sexual das pessoas com deficiência como se fosse distintos de quaisquer outros indivíduos, simplesmente por possuírem ou não algum tipo de deficiência. A compreensão é de que em decorrência da deficiência a pessoa com deficiência teria um desenvolvimento sexual diferente de uma pessoa sem deficiência. A diferença que de fato existe não está propriamente ligada a deficiência, no sentido fisiológico e biológico, pois tais desenvolvimentos não estão propriamente relacionados com a existência ou não da deficiência, mas está ligada a fatores sociais.

Como pode ser percebida ao logo do presente trabalho, a sexualidade está para além da questão biológica, é um constructo social e histórico, onde é perpassada por relações de poderes. Portanto, se um grupo social é segregado do convívio social, é renegado a sua condição de sujeito dentro de uma sociedade, sendo considerado à margem dos parâmetros aceitáveis de socialização, este sujeito com certeza terá dificuldades para vivenciar sua sexualidade no que se refere ao âmbito social e relacional da sexualidade.

Por isso, quando verificamos que a maior parte das pessoas com deficiência não conseguem viver ou sequer expressar sua sexualidade, devemos ter em mente que, em geral, isto não é decorrência da deficiência em si, mas da falta de condições de levar uma vida digna, com igualdade de oportunidades e direitos respeitados. A libido naufraga no meio de tantas carências, ou seja, ninguém consegue realizar-se sexualmente de forma plena se não puder viver a vida em todos os seus aspectos, também de forma plena (PAULA, REGEN & LOPES; 2011, p 33).

Outro aspecto social que dificulta a vivência da sexualidade das pessoas com deficiência, diz respeito a sua privacidade e intimidade, onde estas pessoas estão sempre em vigília ou acompanhadas por familiares, responsáveis ou cuidadoras, o que torna difícil a construção e compreensão do sentido público e privado, e principalmente a descoberta do próprio corpo e de seus prazeres.

A impossibilidade de se experienciar a privacidade se torna uma dificuldade para a construção de uma sexualidade positiva. Tal privação é ainda mais latente e perceptível dentro de instituições de abrigo, onde o controle de tais práticas e descobertas é vigiada constantemente (MAIA & RIBEIRO; 2010: 171).

Nesse sentido, o isolamento e segregação social ao qual essas pessoas são submetidas, impede o desenvolvimento social, onde seu processo de socialização apresenta dificuldades, no sentido de compreender os códigos e condutas socialmente aceitáveis e adequadas. No caso das pessoas com deficiência intelectual tais compreensões comportamentais ficam agravadas pelos déficits cognitivos específicos da deficiência.

O cerceamento da sexualidade das pessoas com deficiência podem ter reverberações em vários aspectos da vida social do indivíduo, se cria uma dicotomia em que se coloca o sujeito como um ser “assexuado”, não possuindo assim desejos e vontades sexuais. Tais ideários de que a pessoa com deficiência não teria desejos sexuais está muito relacionado ao tratamento infantilizado que essas pessoas recebem dos círculos sociais que as envolvem. “A compreensão da deficiência mental como um rebaixamento intelectual que gera limitações no desenvolvimento de sua maturidade emocional e social, mantém a pessoa com deficiência mental em seu “status” infantilizado”. (SHIMONO & BARBOSA; 2014: 3) Tanto pelas necessidades específicas que estas pessoas requerem, gerando assim uma dependência acabam sendo tratadas como incapazes de decidirem sobre suas próprias vidas.

O tratamento infantilizado nega a possibilidade de se enxergarem como autônomos e seres sexuais, pois como foi tratado por Foucault (1985), a sexualidade de crianças devem ser controladas ao máximo através de ações pedagógicas e discursos patológicos, pois tal esfera é negada a esses indivíduos em tal fase de desenvolvimento, a infância.

Ao considerar a pessoa com deficiência como alguém não dotado de sexualidade, negligenciam-se os cuidados contra situações de abuso e se omitem a essas pessoas o direito de acesso a orientações/educação sexual (MAIA & RIBEIRO; 2010, p. 165).

O outro contraponto é considerar as pessoas com deficiência como seres hiperssexualizados, enquanto existe o discurso que nega a existência de uma

sexualidade por tratar as pessoas como deficiência como crianças e superdependentes, este discurso traz o oposto, descreve este sujeito como possuidor de uma sexualidade exacerbada, como se a manifestação de seus desejos fossem um distúrbio, muitas vezes acabam sendo justificados como um comportamento decorrente da própria deficiência.

De fato tal ideia errônea está relacionada com a não compreensão dos códigos sociais e a falta de conhecimento sobre seu próprio corpo e com as questões relativas à sexualidade e sua intimidade. Tal discurso vem acompanhado de posturas rígidas de controle e medicalização desses corpos e comportamentos, afim de que as manifestações sexuais seja reprimidas.

O dogma da assexualidade – a ideia de que a pessoa com deficiência mental é uma criança, angelical e desprovida de sexo – quanto o da hiperssexualidade – de que ela é uma aberração, um desvio, dotado de uma sexualidade exagerada, agressiva e animalesca – acabam reforçando atitudes em relação ao deficiente mental que levam ao isolamento, à segregação e à ignorância sobre os aspectos de sua sexualidade (MAIA & CAMOSSO; 2003, p. 207).

Existe o discurso sobre a sexualidade das pessoas com deficiência que colocam estas pessoas num patamar de “não desejáveis”, e incapazes de se relacionarem e construir um vínculo afetivo ou sexual com outra pessoa. Tal mito reafirma os padrões estéticos e de beleza que são naturalizados, determinando quais corpos são passíveis de serem desejados e almejados e quais são dignos de modificações e enquadramentos.

O preconceito materializado por esse discurso faz com que as pessoas com deficiência incorporem padrões corpóreos inalcançáveis e possam desenvolver distúrbios e doenças psíquicas relacionadas a não aceitação de seu próprio corpo e situação de deficiência, se enxergando como passíveis de pena e impossibilitada de construir relações saudáveis e afetivas. Aqui volta-se a relacionar a categoria de Butler (2002) de seres abjetos por não se constituírem como seres dignos de uma existência legítima.

Diante desses sentimentos de inadequação esquece-se que a pessoa é, antes de tudo, um ser humano e que a deficiência é incorporada a identidade pessoal. Não se ama a *deficiência*, mas o sujeito com deficiência. Os padrões sociais de normalidade referem-se a ser saudável (e perfeito); muitas pessoas incorporam o modo da deficiência porque acham que uma vida com deficiência não vale a pena ser vivida (MAIA & RIBEIRO; 2010, p. 168).

Um dos últimos mitos a serem analisados muito se relaciona a reprodução e as formas adequadas de se usufruir da sexualidade, acreditando que são pessoas que têm sempre disfunções sexuais relacionadas ao desejo, à excitação e ao orgasmo (MAIA & RIBEIRO; 2010, p. 169). Acreditar nesses mitos é materializar a ideia de que existe uma norma correta para se vivenciar a sexualidade, considerando certos comportamentos sexuais para se obter prazer, como o sexo só seria prazeroso caso haja penetração. Tal padrão é coerente com a norma heterossexual onde o sexo aceitável é entre homem e mulher, desse forma a penetração seria algo obrigatório.

As formas de se obter prazer são amplas e construídas a partir dos imaginários e contextos sexuais. Os gostos são pessoas que refletem esferas de sociabilidade. Estabelecer formas de se obter prazer e provocar desejo é limitar as possibilidades individuais e experimentação e subjetividades. Restringir ao considerar como sexo “normal” apenas o que responde a norma é agir de forma discriminatória com as pluralidades existentes de experimentação e vivência da sexualidade.

As pessoas com deficiência passam por situações semelhantes a qualquer outra pessoa que vivencia a sexualidade, encontrando limitações, gostos e possibilidades. Os fatores que impõem barreiras para a sexualidade não são de ordem fisiológica em decorrência da deficiência, mas sim de ordem social que impõe padrões normativos para a sexualidade.

Com relação ao mito da dificuldade para reproduzir, neste existe o reducionismo do sexo a sua função reprodutora, que como pode ser explorado no trabalho esta muito relacionada aos domínios dos corpos e da sexualidade, principalmente feminina.

A reprodução para as pessoas com deficiência é sempre vista como uma problemática a ser resolvida pelos responsáveis do sujeito com deficiência intelectual. Por serem tratados como indivíduos infantilizados e incapazes de realizarem escolhas sobre suas próprias vidas, a questão da possibilidade de terem filhos fica a cargo de seus responsáveis e cuidadores.

Com receio de que a dependência para com os familiares aumente, a decisão que se toma em situações como essa é a esterilização. Tal decisão é feita também na busca de se evitar que os responsáveis tem que lidar com a sexualidade do deficiente, é uma forma de abafar e evitar sua manifestação.

A esterilização é uma prática discriminatória que impede o exercício do direito a reprodução que muito se relaciona às ideias eugenitas, na busca de se evitar uma futura prole que apresente alguma deficiência em decorrência dos pais.

A esterilização involuntária da pessoa com deficiência é uma violação dos direitos humanos dessas pessoas e é permeado por uma hierarquia de gênero, já que ao que parece, seguindo o mesmo padrão estético das pessoas sem deficiência, é um fenômeno que incide mais nas mulheres (RÉGIS; 2013, p. 58).

Os rebatimentos dos mecanismos de cerceamento da sexualidade das pessoas com deficiência recaem de forma muito mais violenta sobre as mulheres com deficiência, onde os marcadores de gênero e deficiência corroboram para que estes corpos sejam controlados e excluídos dentro da lógica patriarcal e de doutrinação dos corpos, de forma a impedir que estes vivenciem tais esferas socializadoras.

As relações de gênero são fortemente marcadas nas mulheres com deficiência pois, devido ao histórico processo de infantilização e dependência familiar em que estão submersas, as características de fragilidade feminina são intensificadas. Assim, elas são superprotegidas pela família em razão de violência e abuso sexual; e, frequentemente, são vistas como incapazes de exercer os papéis que são atribuídos às mulheres sem deficiência, tais como constituir família, cuidar dos filhos e das atividades domésticas (DANTAS, SILVA & CARVALHO; 2014, p. 558).

Percebe-se, portanto, que os discursos existentes sobre a sexualidade das pessoas com deficiência são construídos a fim de reprimir e restringir que estas pessoas vivenciem a sexualidade de forma plena e saudável. Os impactos para tais restrições geram consequências catastróficas no que se refere às formas de sociabilidade destes indivíduos com os outros e com si mesmo. A descoberta do próprio corpo e de seus desejos são experiências cercadas, em decorrência de discursos que negam tais aspectos sociais construindo estereótipos infantilizados das pessoas com deficiência de forma a estigmatiza-las com sujeitos superdependentes, incapazes de exercer autonomia diante das escolhas da vida e de lidar com as diversas situações sociais.

As pessoas com deficiência são estigmatizadas e resumidas apenas as sua condição de deficiência, sendo esquecidas as demais esferas e características que formam os indivíduos enquanto ser plural e diverso. “A maior problemática sobre o tema não são especificamente a condição biológica nos déficits intelectuais, mas sim na

dificuldade da sociedade em lidar com a manifestação e com a educação sexual da pessoa deficiente mental” (MAIA & CAMOSSO; 2003, p. 205). Os fatores que corroboram para o cerceamento de esferas sociais se encontram muito mais nas limitações sociais do que nos impedimentos individuais.

Os mitos, portanto, têm sido usados para justificar a segregação de pessoas com deficiência na sociedade. Esclarecer e refletir sobre questões do preconceito que se relacionam ao corpo com deficiência, sobre os limites subjetivos e objetivos para viver e expressar a afetividade e a sexualidade, a partir de uma leitura social e cultural da deficiência e da sexualidade, parece ser um caminho promissor para contribuir na superação da discriminação social e sexual que prejudica as ideias da sociedade inclusiva (MAIA & RIBEIRO; 2010, p.173).

Capítulo 3 - Percurso Metodológico

Entender de forma ampliada a questão da deficiência se torna necessário para ultrapassar o entendimento simplista e reducionista que as pessoas com deficiência são vítimas de discursos preconceituosos que não reconhecem a diversidade corpórea, onde o fato de serem deficientes descola das demais esferas de sociabilidade, tendo, portanto seus direitos negados e sendo excluídas dos processos de socialização. Tal compreensão traz à responsabilidade de se analisar as diversas esferas da vida social que perpassam a vivência destes indivíduos. Para isso, se faz necessário estudos que busquem tratar de categorias interseccionais como sexualidade, gênero e deficiência, pois dessa forma se considera outras esferas da vida social, permitindo entender de que forma nossa sociedade cria mecanismos de discriminação e segregação, impedido que pessoas com deficiência possam explorar e vivenciar os mais variados âmbitos da vida social, e que assim nenhum direito seja negado a essa população.

Ao Serviço Social como profissão que lida com as expressões da questão social¹ é pertinente que busque se aproximar e produzir sobre debates como este, entendendo que se trata de assuntos pertencentes à diversidade humana, contribuindo para desmistificação de preconceitos e rompendo com práticas discriminatórias conforme previsto nos princípios do Código de Ética da Assistente Social (2012):

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivo o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. (CEFSS, 2012)

Para que as diversas esferas possam ser abordadas de forma a propiciar uma aproximação à realidade, e assim contribuindo para um estudo qualificado das categorias propostas, se faz necessário que o estudo se pautem numa análise histórica dos fenômenos sociais levando em consideração suas contradições e seus condicionantes

¹ Marilda Iamamoto em seu texto *Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) Assistente Social na atualidade* (2012) para o CFESS fala sobre questão social: “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. [...] A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedades civil no acesso aos bens da civilização” (IAMAMOTO, 2012, p. 48).

históricos, sociais, econômicos e o processo de mediação entre a particularidade e a totalidade. Minayo (2010) reforça a necessidade de contextualizar as categorias pesquisadas: “Junta a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais” (MINAYO, 2010, p. 24).

Por isso, buscou estudar como a sexualidade se apresenta como um dispositivo de poder e saber que influencia as mais variadas instâncias da vida social, refletindo na construção de valores e desvalores, nas estruturas das instituições de autoridade e na própria construção individual do sujeito sobre suas percepções sobre seu corpo e as suas formas de se relacionar.

De forma a seguir as prerrogativas da abordagem teórica, de modo mais coerente a permitir compreender a interseccionalidade entre sexualidade, gênero e deficiência não só na esfera teórica, mas transpondo para a vida cotidiana, a metodologia de pesquisa adotada é a qualitativa, sendo esta uma abordagem que considera a amplitude e complexidade dos aspectos sociais que estão inseridos nos fenômenos a que se propõe analisar buscando explorar e interpretar os significados que os sujeitos atribuem a um dado fenômeno social (MINAYO, 2010; CRESWELL, 2007).

De maneira a cumprir com os procedimentos da pesquisa qualitativa que se organiza em três etapas, de acordo com Minayo (2010), concebe-se a primeira etapa como a *fase exploratória* onde se busca estabelecer uma aproximação teórica das categorias a serem pesquisadas, de modo a permitir entender as problemáticas da sexualidade nas diversas esferas e seus rebatimentos na sexualidade feminina, dos homossexuais e principalmente das pessoas com deficiência, por serem consideradas sexualidades periféricas.

Os objetivos ao qual se destina a fase exploratória consistiu em reunir as mais recentes reflexões entorno do tema, com o propósito de analisar as categorias de sexualidade e gênero buscando compreender como se relacionam no campo da deficiência. Dessa forma se permitiu apreender quais são os tabus e os mitos sobre a sexualidade das pessoas com deficiência e como são percebidos no cotidiano dessas pessoas.

O referencial teórico construído teve como base leituras que trouxessem a concepção de que a categoria sexualidade é algo construído por múltiplos fatores e diversos processos de relação de poder, quebrando o ideário de que a sexualidade seria algo dado naturalmente, onde as diferenças existentes na sua vivência não fossem fruto de normas e controles construídos historicamente.

A segunda etapa é o *trabalho de campo*, fase essencial para o conhecimento e aproximação da realidade. Foi feito entrevistas com os profissionais da Psicologia, e do Serviço Social e com dois Educadores Sociais que trabalham no atendimento e acompanhamento de crianças e jovens com deficiência intelectual, da instituição AMPARE – Associação de Mães, Paes, Amigos e Reabilitadores de Excepcionais, organização do terceiro setor que busca promover a autonomia, a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social de pessoas com deficiência, desde década de 1970 no Distrito Federal.

Instituição esta que foi escolhida para realizar o estudo, em decorrência da aproximação que a pesquisadora estabeleceu com a equipe profissional e a instituição durante o período de estágio supervisionado obrigatório. Onde foi possível conhecer de perto as atividades desenvolvidas pelos profissionais, para com os jovens com deficiência intelectual. Dessa forma permitiu vislumbrar a instituição como um campo fértil para se aprofundar as questões relativas a sexualidade desses jovens.

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado, construído de forma a buscar compreender como os profissionais compreendiam a sexualidade das pessoas com deficiência; quais os tabus e mitos que eles podiam identificar no campo da sexualidade; como são construídas as intervenções profissionais, em que são pautadas e o que se busca atingir. Também se procurou saber como esses profissionais analisam as intervenções das famílias e da sociedade no que se relaciona a sexualidade dos jovens com deficiência.

E por fim, foram feitas perguntas sobre alguns assuntos específicos, como: masturbação, relações afetivas e sexuais dos jovens, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez, o que se quis saber desses profissionais sobre esses assuntos giravam entorno de como eles percebiam que eles eram abordados e tratados pela família, sociedade, profissionais e o próprio Estado por meio das políticas sociais. No

que se relaciona às questões de gênero se perguntou como a sexualidade das mulheres eram tratadas e quais as diferenças entre homens e mulheres.

Os profissionais que foram entrevistados atuam na instituição AMPARE: duas Assistentes Sociais e duas Psicólogas, além desses profissionais dois Educadores Sociais também foram entrevistados, por entender que eles prestam um atendimento importante para a formação e socialização dos jovens com deficiência intelectual da instituição, estes profissionais dividem um tempo precioso com esses jovens dentro de sala de aula.

A receptividade da instituição foi importante para a realização da pesquisa. Foi de grande ajuda o apoio das Assistentes Sociais nesse processo de pesquisa, mediando a relação entre pesquisadora e instituição. Todos os envolvidos reconhecem a importância de se trabalhar o tema da sexualidade tanto por parte da instituição como parte dos profissionais que trabalham no atendimento à jovens e adolescentes, não necessariamente na área da deficiência, pois se compreendem a sexualidade como parte importante da vida em sociedade, que independem da situação de deficiência.

Acredita-se que dessa forma foi possível identificar como se dá a interseccionalidade entre as categorias sexualidade e deficiência no trabalho desses profissionais, identificando por meios dos relatos as diversas vivências e o despertar para a sexualidade dos jovens atendidos, compreendendo de que forma os profissionais constroem suas intervenções, possibilitando um aprofundamento das questões levantadas de forma aproximativa com a realidade e as possibilidades interventivas dos profissionais.

Para a realização da segunda etapa foi tomado os devidos cuidados éticos com os sujeitos de pesquisa, de maneira a assegurar o sigilo, respeitando os princípios éticos da pesquisa social e a confiabilidade das informações cedidas.

Seguindo as prerrogativas éticas a participação dos sujeitos na pesquisa se deu mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todos os entrevistados foram informados sobre os objetivos da pesquisa e da possibilidade de desistência ao longo do processo. Foi assegurado aos entrevistados e a instituição o sigilo a respeito da identidade dos participantes. As informações cedidas foram analisadas na íntegra de forma a servirem ao propósito estritamente acadêmico, ficando

vedado o seu uso para obtenção de lucro ao quaisquer outras vantagens pessoas por parte da pesquisadora. Buscando respeitar sempre os cuidados éticos e as contribuições dos profissionais envolvidos.

E para finalizar as etapas da pesquisa qualitativa, a terceira etapa se trata das *análises e tratamento do material* empírico e documental, que tem por base os dados coletados em campo, foi o momento de confrontar as análises feitas no campo teórico com os dados coletados em campo, identificando dessa forma como se dá dos desdobramentos da sexualidade no campo da deficiência e os fatores que à cercam, e a partir disso analisar de que forma são construídas as intervenções feitas pelos profissionais compreendendo suas perspectivas, ações, limitações e possibilidades interventivas.

Para análise dos dados se estabeleceu uma sequência metodológica, onde o primeiro passo foi transcrever as entrevistas. Depois disso, frases que chamaram a atenção da pesquisadora, ditas pelos profissionais durante a entrevista foram listadas. Os critérios para isso formam a relevância do seu conteúdo, se um novo elemento sobre a sexualidade está sendo elencado pelo entrevistado, as diversas compreensões sobre os fenômenos e as opiniões diversas sobre o que foi perguntado.

A terceira etapa desse processo de análise dos dados foi à construção de uma lista de afirmações gerais, tal lista foi feita com base nos destaques feitos anteriormente, onde se buscou ter um panorama geral sobre o tema e seus diversos assuntos correlatos abordado pelos entrevistados. Dessa forma, linhas gerais de análise foram possíveis de serem identificadas pela pesquisadora, juntamente como a orientadora.

Essas linhas gerais de análise permitiram estabelecer quatro eixos de análise para serem aprofundadas no capítulo a seguir, que foram: o primeiro voltado para as percepções dos profissionais com relação à sexualidade dos jovens com deficiência e o seu processo de desenvolvimento; o segundo eixo traz as percepções dos profissionais sobre as famílias e as formas como elas lidam com a sexualidade de seus jovens, dentro disso fez-se importante refletir sobre as questões de gênero que apareceram tanto por parte dos profissionais e suas percepções como por parte das famílias e suas estratégias ao lidar com a sexualidade das moças com deficiência; por último, o terceiro eixo reflete sobre o reconhecimento limitado da sexualidade como direito e os impactos que

tal limitação coloca para a intervenção profissional nos assuntos relativos à sexualidade dos jovens com deficiência intelectual.

Por meio destes procedimentos acredita-se ter realizado uma aproximação sistemática da realidade, mediada pelos fatores históricos, socioeconômicos e de gênero que constroem tais categorias. De forma a contribuir para a construção de novos horizontes e possibilidades interventivas para os profissionais que atuam diretamente no atendimento a crianças e jovens com deficiência e que se debatem com os dilemas pesquisados.

Capítulo 4 – Análise dos Dados

As entrevistas foram realizadas com os profissionais que atuam diretamente no atendimento às crianças e adolescentes com deficiência intelectual pela instituição AMPARE (Associação de Mães, Pais, Amigos e Reabilitadores de Excepcionais) sendo esta uma organização não governamental sem fins lucrativos - ONG, que para seu funcionamento possui uma parceria pública privada com o Governo do Distrito Federal fundada na década de 1970, atendendo a diversas famílias com crianças, adolescentes e adultos com deficiência intelectual no DF, e assim oferecendo assim diversos serviços.

Sendo esta uma instituição que busca promover articulações em defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e prestar serviços de forma continuada aos seus usuários e famílias na perspectiva de promover a autonomia, a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social dos atendidos.

Tendo em vista tais objetivos a AMPARE busca oferecer serviço de atendimento nas áreas de fonoaudiologia, reforço pedagógico, terapia ocupacional, fisioterapia, psicomotricidade, educação física, educação artística, psicologia. Para além dos atendimentos se volta também para o apoio, fortalecimento e instrumentalização dos familiares para que possam cumprir suas funções sociais com foco na qualidade de vida, no exercício da cidadania, no fortalecimento de vínculos e na inclusão da vida social, sendo este um espaço amplo de atuação para o Serviço Social (Plano Pedagógico e Social da AMPARE, 2013).

Os profissionais que foram escolhidos para contribuir para o estudo foram os que atuam na área psicossocial (2 Assistentes Sociais e 2 Psicólogas) e 2 Educadores Sociais. A escolha destes profissionais levou em conta a proximidade que estes estabelecem com os atendidos e com suas famílias, as formas como suas áreas de atuação constroem intervenções que visem à promoção da autonomia e que assim contribuem para uma melhor qualidade de vida buscando minimizar conflitos existentes nas diversas esferas sociais.

O que se buscou na pesquisa foi evidenciar e compreender as percepções dos profissionais sobre o tema da sexualidade e seus assuntos correlacionais, vislumbrando as bases em que são construídas suas intervenções profissionais e quais os possíveis

caminhos que podem ser construídos para uma melhor intervenção profissional, pautada em romper com as barreiras postas para as pessoas com deficiência e assim melhor contribuir para uma vida mais autônoma desses sujeitos.

Por estarem inseridos há muito tempo dentro desta instituição suas posturas e estratégias de atuação profissional são bastante consistentes e seguras sobre que princípios devem ser orientados. A confiança que os profissionais possuem na instituição é um fator importante que contribui para um melhor atendimento dos usuários.

Tendo em vista os princípios que guiam a atuação dos profissionais dentro desse espaço, as entrevistas apresentaram coerência entre as percepções dos profissionais sobre a própria sexualidade dos jovens com deficiência e sobre os temas levantados na entrevista. Importante destacar que mesmo sendo profissionais diferentes, com trajetórias profissionais distintas, o fato de trabalharem muito tempo dentro da instituição pode ter contribuído para que suas percepções sobre o tema e a construção de estratégias próprias de atuação no que se refere à sexualidade dos jovens atendidos, tenham elementos muito comuns, mas que não descaracterizam suas singularidades. Elas podem refletir pensamentos frutos de trabalhos coletivos realizados dentro da instituição ao longo do tempo.

Como exemplo dessas ações que contribuíram para a formação de intervenções respaldadas em reflexões amplas e se relacionam com os demais profissionais da instituição, a AMPARE ao longo dos anos 2013, 2014 e 2015, realizou uma série de palestras em que o tema trabalhado era a sexualidade de crianças e adolescentes com deficiência. Algumas dessas palestras foram acompanhadas pela pesquisadora durante seu período de estágio obrigatório na instituição. Inicialmente voltada exclusivamente para os profissionais da instituição e depois uma palestra voltada para os pais. Este fato foi destacado por todos os entrevistados, e percebido como um reconhecimento importante da instituição em se trabalhar o tema com os profissionais e familiares.

Tais eventos foram realizados por uma das Psicólogas da instituição que possui formação específica para tratar das questões relativas ao desenvolvimento da sexualidade. Importante destacar que a palestra oferecida para os pais teve pouca aderência por parte dos familiares e responsáveis dos atendidos, caracterizando tanto para os profissionais entrevistados como para a pesquisadora como um importante dado

sobre como o tema é tratado pelas famílias. A não participação dos pais e cuidadores nesses espaços que tratam da questão da sexualidade de jovens com deficiência demonstram certa insegurança, desconforto em tratar dessas questões, podendo ser interpretada como uma certa negação dessa esfera social da vida de seus jovens.

A análise dos dados foram divididas em quatro eixos centrais de argumentação, onde traz os pontos importantes que foram evidenciados nas entrevistas e que merecem maiores reflexões, articulando assim, com as categorias teóricas que foram abordadas nos capítulos anteriores, e quando necessário trazendo novos elementos teóricos para serem refletidos

Os quatro eixos de análise são: as percepções dos profissionais com relação à sexualidade dos jovens com deficiência e o seu processo de desenvolvimento; o segundo eixo traz as percepções dos profissionais sobre as famílias e as formas como elas lidam com a sexualidade dos jovens, dentro deste eixo se faz necessário refletir como as questões relativas as diferenças de gênero atuam no que se refere a sexualidade; por último, no terceiro eixo reflete sobre o reconhecimento limitado da sexualidade como direito e os impactos que tal imitação coloca para a intervenção profissional nos assuntos relativos à sexualidade dos jovens com deficiência intelectual.

Fragments das entrevistas serão citados para que se demonstre como tais pontos trabalhados apareceram durante as entrevistas, buscando sempre manter o sigilo dos entrevistados conforme previa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi assinado por eles, firmando a participação dos profissionais na pesquisa, o nomes serão resguardados, referindo-se sempre ao cargo que ocupam (exemplo: Psicóloga 1; Educador 2), a numeração não segue a ordem em que as entrevistas ocorreram.

1. Primeiro eixo de análise: A percepção dos profissionais sobre a sexualidade dos jovens com deficiência e o desenvolvimento da sexualidade

Inicialmente se faz importante destacar um ponto que foi unânime entre os profissionais entrevistados, que foi com relação à própria formação profissional, mostrando-se necessário refletir acerca do processo de capacitação destes profissionais. Tal dado se mostra relevante ser destacado neste primeiro eixo, pelo fato dos profissionais terem a compreensão da importância de se trabalhar com o tema da

sexualidade dentro do processo de formação profissional de cada área, instrumentalizando melhor assim os profissionais para atuar na área de infância e adolescência.

É necessário que as diversas áreas de conhecimento que formam profissionais para atuar com crianças e adolescentes, independente se serão jovens com deficiência ou não, sejam instruídos a lidar com esse assunto, buscando assim romper com preconceitos e tabus, sendo possível assim compreender a sexualidade como um processo natural ao qual todo ser humano está suscetível a vivenciar tais experiências, e que dessa forma contribuir para que o jovem possa conhecer seu próprio corpo e construir uma melhor interação social com os demais, vivenciando uma sexualidade saudável e reconhecendo possíveis situações de risco de abusos e violências. (BARBOZA: 2013; BASTOS & DESLANDES: 2005; MAIA & RIBEIRO: 2010; LOURO: 2000).

“O que eu tenho visto de um modo geral é que a sexualidade sempre causa impacto nos profissionais, eles ficam bastante aflitos, angustiados, com o temor de que algo saia do controle deles.” – Fala da **Psicóloga 2**, quando perguntada sobre a capacitação e formação dos profissionais sobre o tema da sexualidade

“Não, eu não acho que eles são aptos. Até porque muitos fazem das suas inseguranças e das suas dificuldades pessoais para o campo de trabalho. Uma pessoa que tem dificuldade de falar de sexualidade na sua vida pessoal, como um segredo, sendo uma coisa privada. Se ela tem essa dificuldade interior como pessoa, muitas vezes ela tem essa dificuldade de trabalhar isso profissionalmente como seus usuários”. – Fala da **Assistente Social 1**, quando questionada se ela acredita que os profissionais estão aptos a intervir na questão da sexualidade

Nesta última fala da Assistente Social 1 se traz outro elemento importante para ser analisada, a questão de se tratar a sexualidade restritamente ao âmbito privado, como um segredo. Foucault (1985) demonstrou que o sexo por mais que seja vivenciado na intimidade das relações entre os indivíduos não está descolado da sua esfera social e pública, pois nele se constitui importantes mecanismos de poder e saber. A transformação do sexo em algo que deva ser tratado apenas na esfera da intimidade, algo como um segredo, é fruto de diversos movimentos que tentaram reprimir e até mesmo suprimir a sexualidade como um fenômeno a ser vivenciado dentro das relações sociais. Portanto, falar sobre sexo é algo importante, primeiro para tratar do sexo como algo comum aos seres humanos e assim buscar romper com os mecanismos de repressão.

Cumpra falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar seguindo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos (FOUCAUL, 1985, p. 27).

Por essas razões se afirma a necessidade de se debater, estudar, conversar, esclarecer questões relativas ao sexo, tanto dentro da academia no sentido de orientar profissionais que tratem dessas questões de forma mais tranquila possível, quanto se mostra importante ter essas aproximações para que as sexualidades dos próprios indivíduos possam ser vivenciadas de forma livre e saudável (MAIA, 2001, p. 37). Evitando assim futuros traumas e restrições sobre a sexualidade, como destacada pela fala do Educador 2:

“Porque assim, dependendo da forma como você vai abordar o aluno, talvez, ao invés de você conscientiza-lo, dessa questão você pode gerar mais um trauma. E isso pode afetar outras coisas no decorrer da vida dele.” – Fala do **Educador 2** quando questionado sobre sua percepção sobre a aptidão dos profissionais para lidar com a sexualidade

Os profissionais foram questionados como eles compreendiam o desenvolvimento da sexualidade no que se refere às pessoas com deficiência, e se eles enxergavam possíveis diferenças nesse desenvolvimento entre pessoas com deficiência e sem deficiência. As respostas para tais questões foram bem próximas, e coerentes com as literaturas existentes que teorizam tais questões² onde o entendimento de que a sexualidade é própria do ser humano, independente da sua situação de deficiência ou não, por mais que possua uma manifestação biológica através dos estímulos hormonais e de manifestações corporais, a sexualidade não é impedida de ser usufruída pelos fatores que caracterizam a deficiência intelectual.

Os fatores que impedem tal vivência são exteriores, são barreiras sociais, que não incluem as pessoas com deficiência nos diversos meios sociais, dificultando sua sociabilidade, são barreiras estruturadas por entendimentos preconceituosos sobre as pessoas com deficiência construindo assim tabus muitas vezes intransponíveis para essas pessoas.

² MAIA, 2001; BARBOZA, 2013; RÉGIS, 2013; BASTOS & DESLANDES, 2005; DANTAS, SILVA & CARVALHO, 2014; MAIA & RIBEIRO, 2010; MAIA & CAMOSSO, 2003; PIECZKOWSKI, 2007; CADORE & KRAHL, 2013; PINHEIRO, 2004; ALMEIDA, 2009; MOUKAZEL, 2003; PAULO, REGEN & LOPES, 2011; entre outros autores.

Geralmente, as funções e desejos eróticos estarão potencialmente preservados e não deveriam ser negados quando há algum tipo de limitação ou deficiência. Em nenhuma situação há alguém que não seja sexuado, a dessexualização do indivíduo é social e não fisiológica (MAIA & RIBEIRO; 2010, p. 165).

Pontos importantes foram levantados pelos profissionais sobre as percepções da sexualidade dos jovens com deficiência, demarcando como a sexualidade desses jovens é compreendida pela sociedade e por suas famílias. A primeira levantou a questão de ser uma sexualidade mais aflorada e a segunda esta relacionada a uma estigmatização infantilizada das pessoas com deficiência, considerando estas pessoas como mais ingênuas, por isso infantis, não sendo consideradas como seres potencialmente sexuais.

“Porque eu interpreto a sexualidade como uma coisa muito individual, cada um lida, cada um enxerga, cada um canaliza isso de uma forma diferente. Eu não acredito que nesse aspecto seja muito diferente, né, de nós pessoas sem deficiência para uma pessoa com deficiência. O que eu vejo que a diferença é que existe um preconceito a respeito que as pessoas com deficiência, como tenho uma sexualidade mais aflorada para uma pessoa que não tenha deficiência.” – Fala da **Psicóloga 1** sobre sua percepção sobre o desenvolvimento da sexualidade no que se relaciona as pessoas com deficiência

“A sexualidade se manifesta da mesma forma numa criança com deficiência como em qualquer outra. Porque fisicamente eles são todos iguais, agora existe um tabu da família de porque eles são vistos como mais ingênuos, eles seriam mais vulneráveis a maldade alheia. E por isso a família protege muito e tenta abafar qualquer indicação da sexualidade dos seus meninos. Mas quando se manifesta com eles é igualzinho, eles tem hormônios como qualquer outro adolescente.” – Fala da **Assistente Social 2**, ao ser questionada sobre sua percepção sobre a sexualidade no que relaciona as pessoas com deficiência

Vale retomar que estes são os tabus mais recorrentes no imaginário social quando se pensa na sexualidade das pessoas com deficiência, exaltando suas manifestações sexuais como ações animais, fora do controle e descontextualizadas, a outra visão muito atrelada a estigmatização infantilizada das pessoas com deficiência e por isso consideradas como assexuadas.

Diante do fato de que recebem poucas informações sobre sexualidade e têm poucas oportunidades de socialização, a expressão considerada inadequada dos desejos sexuais nas pessoas com deficiência, refere-se à manifestação da sexualidade de um modo grosseiro que não têm correspondência às regras sociais e isso prejudica a imagem que as pessoas têm do deficiente que os colocam como dotados de uma sexualidade atípica (MAIA & RIBEIRO, 2010, p. 166).

Sobre o desenvolvimento da sexualidade comparando pessoas com e sem deficiência como foi citado anteriormente, os profissionais não encaram as diferenças existentes atreladas às características decorrentes pela deficiência, mas sim a fatores sociais, como o não acesso a informações e conversas sobre a sexualidade, pois a diferenças entre os processos de desenvolvimento e afloramento da sexualidade não decorre de fatores físicos ou biológicos, mas sim na dificuldade de interpretar os códigos sociais que constroem formas adequadas para manifestar as vontades sexuais (MAIA & CAMOSSO: 2003; MAIA & RIBEIRO: 2010; MAIA: 2001; BASTOS & DESLANDES: 2005; PAULO, REGEN & LOPES: 2011).

“Eu acho que tem uma diferença de desenvolvimento no sentido que falta esclarecimento. Eu sei que tem muitas pessoas por aí que não tem deficiência e não tem um dialogo aberto sobre a sexualidade em casa. Mas eu acho que para uma pessoa com deficiência isso é muito maior, é muito mais evidente que não tem um espaço para esclarecimento. Então você tem um adolescente, as vezes nem tão adolescente assim, você tem um adulto com hormônios, com vontades, com desejos e ele não sabe o que tá acontecendo com ele. Ele não entende por que ele tem aqueles sentimentos, aquelas vontades, aqueles urgências e muito menos como satisfazer isso. As vezes ele consegue algumas maneiras de se satisfazer, mas ele não entende de que forma.” – Fala da **Assistente Social 1** quando questionada sobre a possível existência de diferenças no desenvolvimento sexual entre jovens com e sem deficiência

“Não eu acho que o corpo humano, os hormônios, os órgãos internos – com raríssimas exceções de doença – o corpo humano é o mesmo com deficiência ou sem deficiência, a sexualidade aflora na menina tanto com deficiência como na menina sem deficiência, a sexualidade uma hora vai aparecer. O que existe é que os meninos com deficiência eles não tem o filtro, então elas trabalham a sexualidade de forma aberta em todos os lugares. Precisam ser educados, aliás todos, né?! Todos os jovens precisam ser educados para saber onde é que podem exercer sua sexualidade sem serem comprometidos, sem serem bloqueados.” – Fala da **Assistente Social 2** no que se refere a possíveis diferenças entre o desenvolvimento da sexualidade entre jovens com deficiência e jovens sem deficiência

Confirma-se mais uma vez que as barreiras que impõem limites para que as pessoas com deficiência possam usufruir da sua sexualidade estão ligadas a questões sociais. Barreiras que consideram as pessoas com deficiência intelectual incapazes de compreender, que subestimam a capacidade de apreensão sendo, portanto excluídas de processos importantes de socialização e impedidas de fazerem escolhas autônomas de acordo com suas próprias vontades, ficando sempre dependentes de seus familiares e responsáveis.

As manifestações sexuais das pessoas deficientes mentais são entendidas pela sociedade, com frequência, como inaceitáveis, mas é importante alertar que quase todas essas manifestações ‘perversas’ são frutos de ignorância e da falta de treinamento e que a própria sociedade não respalda nem garantiu ao deficiente uma educação condizente. A impulsividade, assim como a dificuldade de discriminar os comportamentos adequados, complica o processo de aprendizagem social e sexual no deficiente mental, mas não o torna impossível (MAIA & CAMOSSO; 2003, p. 208).

Tais processos que excluem essas pessoas do acesso à informação corroboram pra um sistema que negligencia as vidas e necessidades destes indivíduos. O que faz retornar a categoria de Butler (2000; 2002 e 2010) sobre corpos abjetos, onde estes são descaracterizados de suas identidades e autonomia enquanto seres não considerados como sujeitos.

Outro ponto importante sobre as formas de manifestação da sexualidade de jovens com deficiência que foi levantado pela Assistente Social 2, foi que tais manifestações muitas vezes são alvo de chacotas, piadas, por serem consideradas fora do que se espera culturalmente de um jovem com deficiência, se configurando como um comportamento estranho e exagerado, sendo alvo de gozações e brincadeiras, reforçando o ideário de que tais comportamentos devem ser reprimidos.

“Eu acho que da mesma forma, se você percebe um jovem com deficiência tendo uma atitude, um comportamento sexual, a sociedade faz maior bullying, maior gozação em cima, mas do que se fosse um jovem sem deficiência, falaria que ele é o “machão”, “a essa menina promete”, entendeu?! Mas quando é com um jovem com deficiência é sempre como maior gozação, com bullying, com qualquer coisa nesse sentido.” – Fala da **Assistente Social 2** quando perguntada sobre como ela percebia que a sociedade lida com a sexualidade desses jovens

Esta situação levantada pela profissional entrevistada destaca que as manifestações de desejos e comportamentos sexuais por parte das pessoas com deficiência sejam encaradas como alvo de piadas e chacotas. Corroboram mais uma vez para que se perceba como o processo de desumanização ao qual esse grupo é submetido, que resulta em corpos considerados como abjetos (BUTLER, 2002), seja tão perverso fazendo com que qualquer tentativa deste grupo em busca de pertencimento social seja alvo de ações que desmobilizem e o ridicularizem, para que assim sua condição de subalternidade esteja constantemente reafirmada.

Comportamentos da sexualidade humana – dos mais simples como abraços, beijos e palavras aos mais íntimos, como masturbação solitária, masturbação em grupo e relação sexual, parecem sempre processos complexos quando manifestados por uma pessoa com deficiência mental. Ou seja, comportamentos tolerados em algumas pessoas tornam-se, seguindo um preconceito social, aberrações e/ou

desvios na pessoa deficiente mental, o que reforça a repressão e a sua problemática (MAIA, 2001, p. 39).

Para finalizar este eixo se faz importante refletir sobre as possibilidades de se vivenciar a sexualidade, onde a homossexualidade se apresenta como uma dessas possibilidades. Esta possibilidade não foi levantada pelos profissionais entrevistados. Evidencia, portanto, que socialmente a heterossexualidade se apresenta como única possibilidade de se vivenciar afetivamente e sexualmente as relações sociais. Dessa forma se reafirma a heterossexualidade como compulsória, resultando na indivisibilidade e negação de outras formas de se vivenciar a sexualidade e de construção de relações afetivas. Mostra-se como um dado a ser refletido o fato da homossexualidade não ter sido citada nas entrevistas, corroborando para a naturalização da heterossexualidade.

2. Segundo eixo de análise: As percepções dos profissionais sobre as famílias e as formas como elas lidam com a sexualidade de seus jovens

É necessário se conhecer como as famílias atuam no que se refere à sexualidade de seus jovens, por serem importantes agentes na vida e formação destes indivíduos. Portanto, os profissionais foram questionados como eles percebiam que as famílias lidavam com as questões da sexualidade de seus jovens com deficiência e se caso tivessem jovens sem deficiência se o tratamento dessas questões era diferenciado. O que foi relatado é que as famílias demonstram inseguranças e dificuldades em lidar com a sexualidade dos jovens.

“Eu acho que elas lidam mal. Eu vou dizer pelo meu universo que eu lido aqui, eu poderia dizer que 99% das famílias atendidas têm dificuldade de falar sobre sexualidade com seus filhos. E isso é muito ruim, é muito prejudicial para o crescimento dos usuários que a gente atende. Porque é você negar que eles têm necessidades, é negar que são humanos, que eles têm hormônios. Então na verdade você não discute, você esconde uma questão que não é um problema. É uma questão biológica, fisiológica. Então assim é um grande trabalho a ser realizado por todos os campos de atuação: Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, tudo isso deve ser trabalhado com as famílias.” – Fala da **Assistente Social 1** quando questionada sua percepção sobre as formas que as famílias lidam com a sexualidade

“A grande maioria dos nossos pais, pais dos atendidos pela instituição, trabalha a sexualidade dos filhos com muito tabu. Por medo, por vergonha, porque eles não têm filtro, então acham que eles podem agir sexualmente em todos os lugares, e não é bem assim, precisam ser ensinados. Por medo de ensinar e descobrir que existe alguma coisa pra ser descoberta e que eles não vão saber lidar. Com

*os pais o tabu é maior ainda do que com os professores.” – Fala da **Assistente Social 2** quando perguntada sobre as formas como as famílias lidam com a sexualidade*

*“Eu vejo que assim, alguns pais, alguns familiares, quando acontece alguma coisa aqui na escola, que os pais são abordados, alguns pais quando você conversa, você vê que eles aceitam, outros não. Para alguns pais as crianças podem namorar, mas as vezes os pais proíbem. Eu acho que os pais não estão preparados para lidar com esse assunto.” – Fala do **Educador 2** sobre sua percepção de como as famílias lidam com esses assuntos.*

As respostas sobre essas questões seguiram um caminho muito semelhante evidenciando a importância das famílias em acompanhar os processos de desenvolvimento da sexualidade de seus jovens com informações amplas sobre o assunto a fim de sanar suas inseguranças e preconceitos sobre o tema, sempre como o apoio dos profissionais nesse processo de acesso as informações.

Com relação às inseguranças que as famílias manifestam ao tratar do tema, são percebidas como reflexos dos preconceitos existentes na sociedade que buscam negar essa esfera sexual dos jovens com deficiência, que encaram esses jovens de uma forma muito infantil anulando suas possibilidades de serem autônomos e realizar suas próprias escolhas seguindo seus desejos e prazeres.

Muito frequentemente, aspectos relacionados ao desabrochar da sexualidade dos adolescentes com deficiência mental trazem preocupações aos pais e à sociedade, de um modo geral, traduzida por atitudes repressoras e discriminatórias, que impedem um desenvolvimento mais pleno do indivíduo (BASTOS & DESLANDES, 2005, p. 393).

A infantilização é vista pelos profissionais como uma das principais inseguranças das famílias ao tratar da sexualidade dos jovens com deficiência, enxergarem com seres superdependentes, incapazes de se perceber como sujeitos de suas escolhas, suscetíveis assim a situações de violência e abusos sexuais, e que, portanto as formas como as famílias buscam agir é por meio da repressão da sexualidade de seus jovens na busca de se evitar que estes se tornem vítimas de violências.

A concepção simplista sobre a pessoa com deficiência traz como consequência vê-la apenas como “eterna criança” que precisa de cuidados, mesmo quando está na fase adulta, o que gera dependência familiar e o controle das escolhas pessoais, restringindo a sua história de vida à voz de autorização de seus responsáveis. Por outro lado, reconhecer a identidade de gênero e a capacidade de desenvolvimento

nas suas escolhas de vida, na sexualidade e na busca por oportunidade educacionais e ocupacionais (DANTAS, SILVA & CARVALHO, 2014, p. 556).

A restrição de direitos das pessoas com deficiência está muito relacionada com essa estigmatização infantilizada dessas pessoas, que como já foi citado antes, acreditam erroneamente na sua incapacidade de compreensão, onde várias esferas sociais são negadas por falta de comunicação e diálogo.

Os profissionais reconhecem a necessidade de se trabalhar o tema, conversando e instruindo melhor as famílias a lidarem com essas situações, evitando que “saiam do controle”, que dentro desse contexto se compreende uma situação que saiu do controle dos responsáveis seja uma situação de abuso ou gravidez, algo que os familiares não pudessem prever suas consequências.

“Aa famílias não gostam muito de entrar nesse assunto não. Temos famílias aqui que já falam que a filha vai casar com tantos anos. Mas a maioria das famílias não gosta de tocar nesse assunto não. Mas é um assunto que tem que ser tocado, tem que se conversar. Porque os pais têm que se conscientizar porque se não acontece coisas, que no decorrer do tempo pode fugir do controle dos pais. Por isso eu falo para os pais que tem que educar esses meninos.” – Fala do **Educador 1** sobre as formas como as famílias lidam com a sexualidade de seus jovens.

Um dado que chamou atenção foi à linha tênue que existe entre as formas como as famílias lidam com a sexualidade de seus jovens e o espaço existente para a atuação profissional sobre essas questões. No que se refere à sexualidade é muito perceptível que muitas vezes se deixe a cargo das famílias a exclusiva responsabilidade para lidar com esses assuntos, não construindo assim uma intervenção compartilhada entre família e profissionais.

“Então, educar, daí então a ideia de educação sexual. Porque a família dentro daquilo que ela acredita, dentro da sua cultura, dentro dos seus princípios de valores, e até mesmo dentro dos seus princípios religiosos, que não tem ninguém que se deva autorizar a passar por cima disso. Mas os educadores, os profissionais que estão envolvidos no dia-a-dia desses jovens podem ser procurados e participar disso, desde que a família queira.” – Fala da **Psicóloga 2** quando questionada sobre os impactos que as ideias errôneas sobre a sexualidade desses jovens pode causar.

“A família é essencial. Que não adianta nada nós psicólogos, assistentes sociais, professor, fazer o trabalho em sala, no consultório, fazer todo esse acolhimento, se a gente não tem um

respaldo da família.” – Fala da **Psicóloga 1** quando questionada sobre a importância da família no trabalho sobre sexualidade

Portanto é importante se alertar para os perigos da centralidade da família para lidar com as questões relativas à sexualidade, pois tal centralidade está muito entrelaçada com a perspectiva que trata da sexualidade como um assunto estritamente íntimo da indivíduo e que, portanto a família seria o agente fundamental para lidar com essas questões, pois como Foucault (1985, p. 114) trabalha, as famílias são as principais instâncias de controle e vigilância da sexualidade. Por consequência dessa centralidade os profissionais seriam apenas sujeitos que facilitariam o acesso a informações sobre a sexualidade, deixando a cargo das próprias famílias construir suas estratégias de atuação.

Deve-se buscar romper com a centralidade das famílias no trato das questões sobre sexualidade, pois esta possui uma esfera pública e social que permite uma maior abertura para intervenções profissionais e das políticas sociais, de forma a melhor lidar com essas situações. Romper com a centralidade da família não é desconsiderar seu importante papel nesse âmbito, mas é rescindir com a sombra do segredo que ronda a sexualidade, deixar a cargo somente das famílias para que lidem com esses assuntos é corroborar para que o sexo continue a ser tratado na intimidade como algo a ser escondido, é desconsiderar suas potencialidades sociais e relacionais que a sexualidade permite construir.

Outro ponto que merece destaque refere-se às atitudes das famílias das pessoas com deficiência intelectual, sendo necessário desenvolver processos de aconselhamento familiar nas escolas, nos serviços de saúde e nas instituições especializadas, com o fito de fortalecer os pais, reduzindo medos e ansiedades sobre a vivência da sexualidade dos seus filhos. Essas iniciativas também podem qualificar o diálogo entre pais e filhos, fortalecendo os processos de conscientização sobre o direito à saúde sexual e reprodutiva na contemporaneidade (Citando PINHEIRO, 2004) (BARBOZA, 2013, p. 473).

O que melhor pode ocorrer, portanto é se buscar ter um trabalho conjunto entre as instâncias profissionais das diversas áreas e as políticas sociais ligada ao núcleo familiar, para se construir uma abordagem educadora e não punitiva sobre o sexo. Permitindo assim uma descoberta do seu próprio corpo, dos seus desejos e prazeres, e assim a sexualidade possa ser usufruída como algo saudável e constituir a esfera social, coletiva e individual dos indivíduos.

2.1 Como as questões de gênero e sexualidade são percebidas pelos profissionais e como estas são tratadas pelas famílias

Dentro do eixo que reflete as formas como as famílias lidam com a sexualidade dos jovens com deficiência, as questões relativas as diferenças de gênero se mostrou algo relevante, necessitando um aprofundamento mais sistemático.

É perceptível que as famílias agem de forma muito mais controladora sobre os corpos femininos, pois a segunda maior insegurança destacada pelos profissionais durante as entrevistas foi o medo de que suas filhas ao vivenciarem a sexualidade possam engravidar, e isso significaria mais um sujeito dependente para o núcleo familiar, podendo ter deficiência como a mãe ou não, mas que de qualquer forma seria mais uma responsabilidade, já que sua filha com deficiência não apresenta condições planas e autônomas para cuidar de seu filho.

*“E aí outra dificuldade que eu vejo, e essa é muito mais objetiva, tá na fala, tá nas preocupações, é o medo da gestação. Todos eles quando vão falar: “Do que você tem medo do seu filho ter uma vida sexual ou ter uma sexualidade?”, “Porque se eles tiverem, se ela tiver (principalmente acontece com as mães das meninas) se ela ficar grávida eu vou ter duas responsabilidades, ela e a criança e eu não tenho como correr esse risco”. É o que a gente mais ouve. É o medo da gravidez realmente.” – Fala da **Assistente Social 1** sobre as principais inseguranças que as famílias manifestam sobre a sexualidade de seus jovens.*

*“As mesmas inseguranças que em relação aos profissionais, com alguns agravos. Eu vejo que quando são meninas, existe um medo de que, por exemplo, das meninas engravidar, e aí a mãe fala: “Ah minha filha não tem condições de cuidar do filho dela”. São questionamentos que são bem cabíveis. Fica muito preso ao questionamento ao invés de partir para ação de conversar. De conflitos que são muito normais de uma mãe de adolescente: “Ah se minha filha tiver filho adolescente, eu que vou ter que cuidar, a responsabilidade vai ser minha”. Obvio que com o agravante de sua filha ser uma adolescente com deficiência, isso aí se torna um pouco mais grave. Mas as inseguranças são basicamente as mesmas.” – Fala da **Psicóloga 1** referente as inseguranças das famílias ao lidar com as questões sobre sexualidade*

Com esses destaques para as inseguranças sobre a sexualidade de crianças e adolescentes com deficiência, se percebe que quando se refere às meninas o medo que paira sobre as famílias é o da gravidez indesejada, pois representaria mais uma pessoa dependente da família para cuidados, além da jovem com deficiência. O tema da maternidade das mulheres com deficiência já foi trabalhado no capítulo anterior onde a

saída apresentada pelas famílias é a esterilização como forma de prevenção. Entende-se portanto que o fato de ser mulher torna a sexualidade um problema ainda maior para as famílias.

Assim como as relações de desigualdade, as diversas formas de opressão sofrida por essas mulheres não são decorrentes do corpo que habitam, e sim de uma sociedade não inclusiva, despreparada e despreocupada em permitir e aceitar manifestações da diversidade humana, impondo uma cultura da normalidade e da produtividade em que essas mulheres não se encaixam (RÉGIS, 2013, p.17).

Para as mulheres com deficiência a autonomia do seu corpo e da sua sexualidade é uma questão mais delicada, pois a preocupação em controlar esse corpo se dá pela justificativa da possibilidade de reprodução que tem início na sua menstruação, onde se pressupõe que as moças com deficiência não saberão lidar com isso.

“Às vezes até com a preocupação com a menstruação, por exemplo, que muitas famílias se antecipam a isso, buscando alguma intervenção que possa impedir que aquela jovem menstrue. Porque já se antecipa uma impossibilidade naquela jovem de poder lidar com aquilo, e essa impossibilidade nada mais é do que a impossibilidade daquele adulto de lidar com aquilo. Então ele também projeta na jovem pensando que não vai conseguir usar um absorvente, não poder lidar. Porque a menstruação também representa uma fase nova na vida de uma moça, com uma possibilidade de engravidar, de procriar, de ter uma gravidez. Então é sempre um olhar voltado para impedir do que para propriamente educar.” – Fala da **Psicóloga 2** quando questionada sobre as formas como as famílias lidam com a sexualidade

A menstruação é o sinal de que este corpo já está maduro sexualmente permitindo assim uma gestação, e isso é percebido como um perigo para as moças podendo ser mais passíveis de abusos e violências. As decisões que se tomam para precaver tais situações de “descontrole” é a esterilização dessas mulheres e moças (RÉGIS, 2013). O que ocorre muitas vezes sem o consentimento delas, onde são submetidas a um processo doloroso, definitivo e sem seu consentimento, com a justificativa de se evitar uma gravidez, e de não ter que menstruar mais.

Hebe Régis (2013) em sua pesquisa de mestrado estudou a esterilização involuntária de mulheres com deficiência intelectual, buscando saber sob que circunstâncias ocorrem e quais as justificativas. A autora identificou que embora a esterilização tenha ocorrido de formas distintas as motivações são muito parecidas e mesmo que seus contextos sejam distintos. Seriam elas: cessação da menstruação – como citado anteriormente pela Psicóloga entrevistada; evitar a gravidez – grande

inquietação das famílias e profissionais sobre a sexualidade das mulheres com deficiência; e a última seria busca por proteger contra a violência.

Com relação à esterilização das mulheres com deficiência a Psicóloga 2 quando questionada sobre essa questão em específico, destacou a importância para que seja um assunto debatido em larga escala por vários profissionais conjuntamente com a família, buscando refletir sempre qual é o papel da pessoa com deficiência dentro da sociedade, onde este precisa ser incluído nos processos decisórios, principalmente nos assuntos referentes a sua própria vida.

“Eu vejo que essa intervenção a pedido da família, lógico, com relação a esterilização, eu vejo como um reflexo, inicialmente dessa impossibilidade da família em lidar com a sexualidade daquela jovem. É mais sempre uma medida de bloquear, de impedir que aquilo aconteça, demonstrando a impossibilidade de realmente poder lidar, de pensar nas possibilidades da sexualidade da pessoa com deficiência, de pensar na possibilidade de educar. E que muitos profissionais tomam isso, acreditando que também essa é a conduta correta. Não se toma o sujeito, a pessoa com deficiência como um sujeito, alguém que possa participar decidir de alguma maneira sobre o corpo. A sociedade se autoriza, a sociedade - e aí eu vou colocar as famílias, os profissionais da saúde – eles se autorizam a se decidir sobre o corpo do outro.” – Fala da **Psicóloga 2** quando questionada sobre o processo de esterilização ao qual muitas mulheres com deficiência são submetidas

A situação que a profissional evidencia em sua fala é de fundamental importância para se construir uma intervenção profissional que seja voltada para a garantia de direitos. Portanto, os profissionais devem refletir sobre seus usuários, se estes se encontram como sujeitos de suas ações, contribuindo assim para que as famílias também desconstruam os imaginários preconceituosos que fixam as pessoas com deficiência com incapazes de serem agentes de suas vidas e assim realizar suas próprias escolhas.

Ao que parece essa questão vai muito além do poder do médico e da medicina, já que se reproduz nas relações com a escola e com outros profissionais e denuncia uma interdição afetivo-sexual e dos direitos reprodutivos. Acaba por refletir o lugar social das pessoas com deficiência intelectual na sociedade, de forma que elas são privadas de uma vivência afetivo-sexual plena e também define que a procriação é proibida a esses sujeitos (RÉGIS, 2013, p. 162).

3. Terceiro eixo de análise: O reconhecimento limitado da sexualidade como direito e seus impactos para a intervenção profissional

Um dado que se mostrou importante para ser refletido foi o destaque que os profissionais entrevistados deram ao trabalho da psicologia dentro da instituição no trato das questões relativas à sexualidade de seus atendidos. Onde o apoio deste profissional se mostra imprescindível para que as intervenções sejam bem sucedidas.

“É uma questão que precisa ser trabalhada na escola, com os próprios meninos e meninas. Os profissionais que oferecem um apoio são os da psicologia que a gente pode contar.” – Fala do **Educador 2** quando questionada sobre a necessidade dos jovens terem um amparo profissional para melhor saber lidar com a sexualidade.

Até por parte das Assistentes Sociais existe um destaque importante para o apoio do profissional em psicologia para tratar das questões relativas a sexualidade.

“Falando diretamente com o Serviço Social, o que nós tentamos fazer aqui é depois de uma reunião com a equipe, que direciona as ações da instituição – a Psicologia, o Serviço Social e a coordenação – tentar ouvir os pais e tentar passar para eles o que tá acontecendo, tentando minimizar qualquer atitude que seja, assim mais agressiva, e tentando ver mesmo com eles a forma de melhor lidar com isso, tentando sempre com a orientação e apoio da Psicologia.” – Fala da **Assistente Social 2** quando questionada sobre as dificuldade que o profissional pode vir a ter para intervir nas questões sobre sexualidade

O que se permite entender sobre esse destaque dado da Psicologia, onde este é visto como um profissional de referencia para atuar nas questões sobre sexualidade é fruto de intervenções passadas, como as palestras realizadas dentro da instituição que foram promovidas pela Psicologia, cujo o tema trabalhado era sobre a sexualidade. Essas intervenções construíram no imaginário dos profissionais este local de referencia para tratar desses assuntos.

A reflexão que propõe a respeito deste fato, não se construiu no sentido de que este profissional não mereça esse destaque dentro da instituição, mas é buscar refletir e assim ampliar e compartilhar as possibilidades de intervenções profissionais que a sexualidade proporciona, trazendo outras áreas para atuar nessas questões. Fazendo da sexualidade um campo de intervenção multiprofissional, buscando principalmente trazer o Serviço Social à importância de se atuar neste campo.

Aqui se faz necessário trabalhar duas compreensões importantes: o trabalho realizado pelas diversas áreas profissionais direcionado para crianças e adolescentes com deficiência, devem ser pautados numa perspectiva ampla onde se considere o indivíduo como um todo e não apenas sua deficiência. A outra compreensão necessária é o reconhecimento da sexualidade como direito, permitindo assim ao Serviço Social possa incorporar este espaço como um dos campos interventivos da profissão.

O trabalho profissional para com jovens com deficiência devem ser pautados numa perspectiva ampla para se entender o ser humano como um todo não sendo reduzido a sua deficiência. As diversas áreas de conhecimento e intervenção profissional pautados numa perspectiva global do ser podem contribuir para uma melhor qualidade de vida e um atendimento qualificado das reais necessidades do indivíduo com deficiência.

Defende-se a importância de ouvir o que o sujeito tem a dizer, mesmo aqueles com grave comprometimento cognitivo, seja qual for sua forma de expressão. É preciso olhar a pessoa, as possibilidades, e não visualizar o sujeito, somente pelo prisma da deficiência. Como constata-se nos textos apresentados, mesmo o corpo não considerado pela média, pela cultura vigente, como padrão de beleza, guarde em si os sonhos, os desejos e fantasias presentes em qualquer pessoa (PIECZKOWSKI, 2007, p. 7).

Essa perspectiva que enfatiza a necessidade de se olhar para as pessoas com deficiência enxergando e valorizando os aspectos humanos e sensíveis do indivíduo distanciando da visão restrita à deficiência é o caminho por onde todo o presente trabalho vem caminhando, buscado ampliar assim o campo de possibilidades destes sujeitos rompendo com o véu da invisibilidade ao qual estas pessoas estão presas socialmente que por conta da sua situação de deficiência são compreendidas pelo meio como seres abjetos e portanto marginalizados (BUTLER, 2002 & 2010).

A Psicóloga 2 traz em sua fala a importância de se construir coletivamente intervenções que pautem a amplitude e pluralidade dos indivíduos com deficiência imprimindo no trabalho multiprofissional uma visão humanizada dos sujeitos atendidos.

“Eu acho que essas áreas devem está sempre dialogando e conversando para se entender o sujeito como um todo. O que cada um dentro da sua especificidade não atue separadamente, fazendo um recorte sobre o corpo, mas entendendo o sujeito como um todo que se apropria desse corpo para agir no mundo dentro das suas possibilidades. Então o dialogo entre os profissionais é muito

importante. E que todos busquem conhecimento, para além da sua especialidade, as necessidades do humano, as necessidades do sujeito. Que não fique apenas na sua função enquanto área de atuação, naquilo que o físico e o motor esta falando, mas naquilo que o corpo apresenta.” – Fala da **Psicóloga 2** quando questionada sobre como as diversas áreas podem contribuir para melhor intervir nessas questões.

Dando continuidade as reflexões acerca das duas compreensões importantes que foram elencadas, se pode perceber um raso reconhecimento da sexualidade como direito, apenas um dos profissionais entrevistado relacionou a sexualidade à esfera do direito, mas não desenvolveu o pensamento sobre.

“Eu não sei se ela é compreendida, mas ela é vista como inexistente é dessa forma que ela é vista. Ela é quase como um direito negado. Porque é como se a pessoa que tivesse deficiência ela não tivesse o desejo sexual, isso acaba sendo inexistente, velado, culpabilizado, criando um perfil para essas pessoas como se elas fossem ainda crianças, são infantilizadas. Uma criança não pode ter sexualidade, é uma coisa errada e isso é colocado para as pessoas com deficiência também.” – Fala da **Assistente Social 1** quando perguntada sobre como a sexualidade é compreendida no que se refere as pessoas com deficiência.

Ao longo de todo trabalho se buscou enfatizar a amplitude da sexualidade, possuindo reverberações nas esferas mais intimas dos indivíduos como também possuindo reflexos nas estâncias mais abrangentes da sociedade constituindo assim a sexualidade como um dispositivo de poder e saber (FOUCAULT, 1985). Esse caminho percorrido clareia a dimensão social que a sexualidade possui, dimensão essa que permite vislumbrar, portanto a sexualidade como direito, onde a negação de um aspecto da vida humana enfatiza a noção de direito.

Com efeito, desenvolver a ideia de direitos sexuais na perspectiva das direitos humanos, aponta para a possibilidade do livre exercício responsável da sexualidade, criando as bases para uma regulação jurídica que supere as tradicionais abordagens repressivas que caracterizam as intervenções jurídicas nesses domínios. Implica, por assim dizer, uma compreensão positiva dos direitos sexuais, no qual o conjunto de normas jurídicas e sua aplicação possam ir além de regulações restritivas, forjando condições para um direito da sexualidade que seja emancipatória em seu espírito (RIOS, 2006, p. 72).

Trazer a dimensão do direito para se compreender a sexualidade amplia as esferas interventivas que podem ser trilhadas no caminho por uma vivência plena. Onde a realização das questões sexuais dos indivíduos não se restringe ao universo individual,

sendo assim compartilhada com as esferas sociais e instituições de poder a responsabilidade para que as necessidades humanas sejam respeitadas e solucionadas.

O Serviço Social como uma profissão interventiva que tem como objeto o trato das desigualdades sociais, fruto de uma relação estrutural e dialética que sustenta a sociedade capitalista, produzindo assim desigualdades sociais enfatizadas por violações de direitos, se faz necessário para o profissional construir mecanismos que visam possibilitar o acesso a direitos sociais.

Sendo a sexualidade humana uma dimensão relevante na construção da individualidade, qualquer tentativa de obstaculizar a vivência afetivo-sexual, configura-se concretamente como violação dos direitos humanos. Portanto, se apresenta como um espaço necessário para a intervenção profissional do assistente social, fortalecendo a posição ético-política contida no Código de Ética Profissional do Assistente Social (2012).

Deste modo, se faz pertinente que os profissionais em Serviço Social não desconsiderem a sexualidade como um espaço legítimo de intervenção profissional, não se eximindo assim de suas responsabilidades quanto profissionais que atuam na garantia de direitos e no combate a preconceitos e violências

Considerações Finais

Refletir sobre a sexualidade se mostra desafiador por se tratar de um assunto que possui rebatimentos íntimos e subjetivos para cada pessoa. O aprofundamento na temática, no entanto, permite compreender a sexualidade como uma experiência, que ultrapassa a mera busca por prazer ou seu exercício como prática reprodutiva.

A sexualidade como veio sendo concebida ao longo da história não deixa claro as suas potencialidades relacionais para com os sujeitos, pois foi algo de diversos ataques de discursos moralistas que buscaram aprisionar o sexo na esfera do privado, como sendo algo sigiloso, devendo ser preservado para apenas os momentos específicos, como a reprodução. Tal entendimento descaracteriza a sexualidade de seu caráter social e político, que influencia o conjunto da sociedade e é influenciada por fatores externos.

A sexualidade se mostrou uma importante categoria para se analisar como se desenvolveu os processos históricos, a formação da sociedade moderna, as relações sociais que a constituem e principalmente as disputas de poder que se fundem nas estruturas de grandes instituições sociais.

Desconstruindo o véu que encobre a sexualidade como algo que se possui “naturalmente” e portanto não se faz necessário teorizar sobre, se invisibiliza os mecanismos de controle e segregação que foram impregnados nesta esfera ao longo do tempo. Se desconsidera as particularidades que os corpos possuem, pois na naturalização deduz que todos vivem seus corpos universalmente, se recusando assim a enxergar as desigualdades e hierarquias de poder que reprimem e segregam determinados sujeitos.

Este trabalho, apoiado em Foucault (1985) sendo orientado por sua tese em a História da Sexualidade, apresenta argumentos que permitem compreender a sexualidade como um dispositivo histórico construído por múltiplos fatores e agentes entrelaçados por uma estruturante disputa de poder que se materializam por meio de regulamentações e controle sobre os indivíduos, seus corpos, suas identidades e claro suas sexualidades.

As estratégias desenvolvidas para o controle e repressão da sexualidade e consequentemente dos corpos tiverem com grande expoente o que Foucault (1985) chama de dispositivo de aliança que reúne os discursos, saberes e práticas que aprisionam o sexo a esfera íntima da relação entre os casais, sendo destinada para fins reprodutivos e assim disciplinando o corpo feminino para satisfação dos desejos masculinos.

O casamento compreendido como um importante elo para assegurar as estruturas motrizes da sociedade do capital, onde se permite a concentração de propriedades e bens, assegura também a reprodução dos indivíduos para a produção de riquezas apropriadas pelas classes dominantes.

A família fruto dessa união reconhecida legalmente pelos parâmetros civis, se apresenta como um dos agentes vigilantes da sexualidade, firmando o sexo no interior das relações sob o véu do segredo e obrigando uma experiência voltada para reprodução. Entender essa família reconhecida pelas estruturas de poder, é vislumbrar as bases sobre a qual é sustentada e compreender na profundidade os valores que por ela são disseminados.

Esses valores são frutos de estruturas patriarcais, heterossexuais, normalizadora, racista e dentre tantas outras estruturas que promovem a segregação, a marginalização, a invisibilização de grupos que não se enquadram a este padrão. O universal interiorizado por essa instituição não reconhece a diversidade humana, firma hierarquias entre as diferenças.

A heteronorma é um dos mecanismos de opressão mais naturalizado na sociedade, a família é um dos seus polos de estruturação e defesa. A sexualidade se encontra, portanto limitada a um espaço e a restritas experiências, e esta se constitui como norma justamente por desconsiderar a diversidade sexual e indenitária.

Faz-se necessário buscar traçar rupturas nessa estrutura normatizadora que estabelece condutas e valores para que as relações sejam construídas entre os indivíduos em sociedade e ao mesmo tempo construí padrões corpóreos e indenitário aceitáveis. Como veio sendo demonstrado ao logo do trabalho, esses padrões naturalizados excluem veemente as mulheres, os homossexuais e as pessoas com deficiência,

desconsiderando suas vidas, suas identidades e suas humanidades, compreendidos como corpos abjetos a partir das reflexões de Butler (2010).

Combater a heteronormatividade se mostra necessário para que se amplie o reconhecimento da diversidade e se rompa com as hierarquias estabelecidas em decorrência das diferenças entre os indivíduos. Para além de reconhecimento de suas humanidades, autonomies e direitos, travar uma luta que objetive o fim da heterossexualidade como norma é lutar pela sobrevivência dessas pessoas que perdem suas vidas e seus direitos sob a justificativa de discursos teológicos, moralistas e opressores que não reconhecem a humanidade em sua diversidade.

As mulheres dentro dessa lógica repressora da sexualidade tem seus corpos despossuídos de seu controle, servido para satisfazer os desejos dos homens e nunca os seus próprios desejos e prazeres. A sexualidade quando não voltada para a reprodução é alvo de discursos moralizadores que desqualificam e deslegitimam suas experiências. A maternidade é posta para as mulheres como compulsória, considerada como condição para seu reconhecimento enquanto mulher, condizente a uma função social de reprodução imposta socialmente. Configurando-se dessa forma a reprodução como única forma para que as mulheres possam vivenciar sua sexualidade. Experiências que fogem a essas expectativas são alvo de repressão e desmoralização.

Com relação aos homossexuais também excluídos da norma sexual que não reconhece a diversidade, constituir uma relação homossexual dentro desta sociedade não elimina estas pessoas do convívio como abre precedente para que ações mais duras e repressoras possam ocorrer contra essas pessoas. A homofobia, não é resultado apenas de uma segregação espacial e social, possui consequências violentas para esse grupo social. O não reconhecimento legal de suas uniões os marginalizam perante a sociedade dificultando o acesso a direitos básicos e que assegurem sua sobrevivência.

As pessoas com deficiência excluídas da sociabilidade em decorrência da sua deficiência encontram mais dificuldades para usufruir de uma sexualidade positiva e saudável, pois a visão que se tem sobre essas pessoas estão presas a discursos preconceituosos e de não aceitação das diferenças corpóreas não enxergando o ser humano que existe para além da deficiência, com isso vários aspectos da vida são negados e negligenciados para essas pessoas.

É importante que se busque romper com essas visões preconceituosas e simplistas sobre as pessoas com deficiência para que nenhuma esfera da vida social desse grupo seja negada e invisibilizada.

Com relação à pesquisa, as principais inferências sobre os dados a partir das entrevistas, permitem vislumbrar que muito precisa ser feito para que os mitos e tabus existentes sobre a sexualidade das pessoas com deficiência precisam ser desfeitos, para que estas pessoas possam usufruir de uma vida mais plena e de acesso a direitos.

O primeiro eixo de análise é voltado para as concepções dos profissionais sobre a sexualidade, o que pode ser percebido é que suas concepções estão muito de acordo com o que a literatura utilizada como referência para o trabalho, reconhecendo que não há diferenças no desenvolvimento sexual de jovens com deficiência quando comparados a outros jovens sem deficiência, o que pode existir de fato são diferenças e desigualdades de acesso a informações e espaços socializatórios que impedem estas pessoas possam vivenciar a sua sexualidade, dificuldades essas postas por uma sociedade preconceituosa e discriminatória, que não enxerga as pessoas por trás de suas diferenças.

Os profissionais identificaram as ideias errôneas com as quais são concebidas as manifestações sexuais das pessoas com deficiência – como pessoas hiperssexualizadas ou assexualizadas – tais ideias são entendidas como falsas pelos profissionais, o que caracteriza tais comportamentos são fatores sociais fruto do não acesso a informações que educam sobre sua sexualidade e do tratamento infantilizado que essas pessoas recebem por suas famílias e pela sociedade, que pode serem vistas como crianças logo não possuem uma sexualidade a ser vivenciada.

Essas concepções que os profissionais explicitaram nas entrevistas mostram que estão muito de acordo com as literaturas que buscam desconstruir esses mitos e tabus³, importante que os profissionais que atuam na área da deficiência demonstrem coerência e percepção sobre os preconceitos existentes sobre a sexualidade, e que enxergam que

³ As referências com as quais estou me referindo são as que foram usadas durante todo o trabalho: MAIA & RIBEIRO: 2010; MAIA: 2001; DANTAS, SILVA & CARVALHO: 2014; CADORE & KRAHL, 2013; PIECZKOWSKI, 2007; ALMEIDA: 2009; SHIMONO & BARBOSA: 2014; MAIA & CAMOSSO: 2003; BASTOS & DESLANDES: 2005; PINHEIRO: 2004; BABOZA: 2013; RÉGIS: 2013; PULOA, REGEN & LOPES: 2011; MOUKARZEL: 2003; dentre outras bibliografias que podem ser conferidas nas referências bibliográficas do trabalho.

tais ideários não representam o real e sim uma sociedade que não esta preparada para lidar com as pessoas com deficiência e que por isso impõe barreias as suas vidas.

O segundo eixo de análise referente as famílias e suas formas de lidar com a sexualidade de seus jovens, destacou que os profissionais estão bem atentos e sensíveis as formas como as famílias demonstram lidar com essas situações, a partir de muitas inseguranças e restrições. Inseguranças essas fruto de ideias preconceituosas com a qual a sociedade lida com essas jovens, as famílias são núcleos que refletem essas ideários.

Por isso se mostra fundamental que os profissionais estejam atentos as famílias para que possam orientar e acompanha-las para que praticas repressoras e autoritárias não sejam a saída utilizada pelas famílias para lidar com a sexualidade de seus jovens. O trabalho deve ser conjunto entre profissionais e familiares para que as pessoas com deficiência possam vivenciar sua sexualidade de forma satisfatória e saudável, e que ações cerceadoras não sejam mais utilizadas como forma de “solucionar” as questões relativas a sexualidade.

Por isso, o trato das questões sobre sexualidade não devem ser um assunto exclusivo das famílias, e sim um trabalho conjunto entre profissionais e familiares e responsáveis, pois a sexualidade é um assunto complicado de ser trabalho sem o acesso a amplos conhecimentos sobre, pois caso assim seja feito, a sexualidade acaba sendo um assunto restrito a esfera íntima, contribuindo não para que seja vivenciada de forma livre, mas para que seja controlada e reprimida.

E muitas das vezes as formas como são construídas essas ações repressoras acabam tendo um peso maior sobre as mulheres, onde seus corpos não são plenamente seus, as famílias e seus responsáveis tomam as decisões sobre eles a partir de suas inseguranças em lidar com a sexualidade das jovens com deficiência e na busca por evitar a maternidade. O que leva a refletir sobre as questões de gênero e como as famílias lidam sobre.

Através da leitura e da análise dos dados foi possível notar como os corpos femininos são mais negligenciados e reprimidos no que se refere à sexualidade. Enfatiza-se que as justificativas que sustentam tais repressões estão atreladas ao controle da reprodução, entendida como uma questão muito mais lidada as problemáticas de gênero do que de deficiência, pois o receio e controle sobre os corpos

femininos a partir da maternidade é o que historicamente esta enraizada nas desigualdades de gênero e controle da sexualidade, onde o casamento se apresenta como ferramenta para efetivar este domínio.

Quando se refere às mulheres com deficiência o controle sobre esse corpo ganha novas estratificações que reforçam a “necessidade” de se construir estratégias mais rígidas de controle. Por serem consideradas inaptas a tomar decisões sobre suas vidas justificada pela sua situação de deficiência, os métodos adotados são a esterilização, que ocorrem em sua maioria sem o consentimento da jovem e sob o respaldo medico.

A esterilização é uma prática discriminatória que impede o exercício do direito a reprodução por acreditar na incapacidade de gerar, cuidar e sustentar seus descendentes, fazendo com que as famílias recorram a tais estratégias de impedimento, para se evitar a responsabilidade sobre esses filhos (RÉGIS, 2013). Por essas justificações é necessário que o reconhecimento da sexualidade como um direito para todos os indivíduos seja amplamente discutido e enfatizado.

Sobre o reconhecimento do direito na esfera da sexualidade articula-se no terceiro eixo de análise, onde se percebe que o não reconhecimento da dimensão do sexo como direito não é um fenômeno identificado entre os profissionais entrevistados, mas da sociedade em geral, que não visualiza os aspectos sociais que envolvem a sexualidade e por isso a descaracteriza como um direito a ser usufruído por todos.

Portanto, o reconhecimento amplo da sexualidade como um direito, e que este direito vem sendo negado as pessoas com deficiência requer do assistente social um olhar diferenciado e que seja posto como uma de suas áreas de intervenção profissional.

É importante que o Serviço social se insira nessa esfera e que construa intervenções que busquem assegurar esses direitos para essa população e que impeça que esta dimensão seja negada e censurada. Pois lutar para que as pessoas com deficiência tenham acesso a informação sobre os aspectos de suas sexualidade, que não sejam alvo de intervenções de esterilização sem sua autorização e que possam ter o direito de vivenciar sua sexualidade com segurança e saúde se tornam matéria do Serviço Social para que assim possam construir intenções, em sintonia com o Código de Ética Profissional, agregando em suas lutas essas pautas, reivindicando aos diversos

segmentos políticos que olhem para essas questões da sexualidade e assim possam atuar pela garantia de direitos.

Nessa perspectiva, um desafio posto ao nosso projeto, na dimensão da intervenção política, é articular forças e construir alianças estratégicas com os que sofrem opressões econômicas e de classe, no campo racial, de orientação sexual, gênero, e outras, que têm como projeto uma sociedade justa, fraterna, igual e capaz de autodeterminar seu futuro (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 199).

Por tudo isso que veio sendo refletido ao longo do trabalho se faz importante que o Serviço Social encare a sexualidade como uma esfera a ser investigada e abordada dentro do que a profissão compreende como área de intervenção. Pois enquanto a sexualidade não for entendida na sua amplitude e complexidade, caminhando para que ela possa ser concebida longe de ideários preconceituosos e limitados, muitos grupos sociais estarão sendo alvo de discursos e condutas repressoras, que em sua maioria são convertidos em práticas discriminatórias e violentas, tendo suas existências inferiorizadas e suas vidas perdidas em meio a tantos discursos e práticas opressoras que não compreendem a humanidade em sua diversidade.

Referencial Bibliográfico

ALMEIDA, Paula Alexandra de Pinho Ferreira Pinto Camelo. **A educação sexual na deficiência mental.** PG Educação Especial. 2009. P. 66. Disponível em: <<http://repositorio.esepf.pt/handle/10000/274>>

AMARAL, Lígia Assumpção. **Adolescência/deficiência: uma sexualidade adjetivada.** *Temas psicol.* [online]. 1994, vol.2, n.2, pp. 75-79. ISSN 1413-389X.

AMPARE. **Plano Político Pedagógico e Social.** 2013. AMPARE – Associação de Mães, Pais, Amigos e Reabilitadores de Excepcionais.

ARIÉS, Phillippe. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro. 1981. LTC – Livros Técnicos e Científicos. Editora S.A.

BARBOZA, Renato. **Sexualidade e reprodução com direitos das pessoas com deficiência intelectual e suas interfaces com as políticas públicas nacionais de educação e saúde: lacunas e possibilidade.** R. Pol. Públ., São Luíz, v. 17, p. 467-477, jul./dez. 2013.

BARROCO, Maria Lucia S. **Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do código de ética profissional do assistente social.** In: *Ética, pesquisa e Serviço Social.* Revista Temporales: 09. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) Brasília, Ano V, 2005. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF02/Lucia%20Barroco.pdf>>

BASTOS, Olga Maria and DESLANDES, Suely Ferreira. **Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2005, vol.10, n.2, pp. 389-397.

BEHRING, Elaine Rossetti & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011. Biblioteca básica de serviço social; v. 2.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão.** – 10°. Ed. Ver. e atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

CADORE, Keila & KRAHL, Simone. **Repercussões da sexualidade de adolescentes com deficiência mental no contexto familiar.** PERSPECTIVA, Erechim, v. 37, n. 140, p, 49 – 59, Dezembro de 2013.

CATONNE, Jean-Philippe. **A Sexualidade, Ontem e Hoje**. São Paulo. Cortez, 1994. Tradução: Michele Iris Koralck. Coleção: Questões da Nossa Época. Volume 40.

CARDOSO JR, Héio Rebello. **Corpo e Sexualidade entre disciplina e biopóitica**. In: Michel Foucault: Sexualidade, corpo e direito. Organizadores: Luiz Antônio Francisco de Souza, Thiago Teixeira Sabatine e Boris Ribeiro de Magalhães. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

CISNE, Mirla. **Relações sociais de sexo, "raça"/etnia e classe: uma análise feminista-materialista**. Revista Temporalis. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, Jul./Dez. 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre. Editora: Artmed. 2ª Edição. 2007.

DANTAS, T. C.; SILVA, J. S. S.; CARVALHO, M. E. P. **Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 20, n. 4, p. 555-568, 2014.

DINIZ, Débora. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. Brasília: Letras Livres. 2.ed. 2012.

_____; GUILHEM, Dirce. "**A Ética Na Pesquisa No Brasil**." In *Ética Na Pesquisa: Experiência De Treinamento Em Países Sul-Africanos*, edited by Debora Diniz et al., 2005.

_____; MEDEIROS, Marcelo. BARBOSA, Livia (organizadores). **Deficiência e Igualdade**. Brasília: Letras Livres. Editora Universidade de Brasília, 2010.

_____; SANTOS, Wederson. (organizadores). **Deficiência e Discriminação**. Brasília: Letras Livres. EdUnB, 2010.

_____; **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção Primeiros Passos.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade do saber**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1985, 6º Edição.

GOMES, Antônio Maspoli de Araújo. **As Representações Sociais do Corpo e da Sexualidade no Protestantismo Brasileiro**. Revista de Estudos da Religião. Nº 1. 2006. Pp. 1-38.

GUIRALDELLI, Reginaldo. **O enfoque metodológico da história oral na pesquisa em Serviço Social**. Emancipação, Ponta Grossa, nº 13. Especial, pp.121-131, 2013.

HIRATA, Helena. **Gênero, Classe e Raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo Social, revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1, Junho de 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979/87743>>

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) Assistente Social na atualidade.** In: Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão. CFESS. 2012.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Aprisionando o desejo.** In: História da Sexualidade no Brasil. Org. Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1986.

LOURO, Guacira Lopes. **Sexualidades Contemporâneas políticas de identidade e de pós-identidade.** In: Construções da Sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de AIDS. Rio de Janeiro: Palhas. Programa em Gênero e Sexualidade IMS/UERJ e ABIA, 2004.

LOURO, Guacira Lopes (organizadora). **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade.** Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. Org. Guacira Lopes Louro. 2º Edição. Autentica. Belo Horizonte, 2000.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Reflexões sobre a educação sexual das pessoas com deficiência.** Revista Brasileira de Educação Especial. V. 7, n. I, 2001.

_____ ; CAMOSSO, Denise do Amaral. **Relatos de jovens deficientes mentais sobre a sexualidade através de diferentes estratégias.** Paidéia, 2003, 12(24), p. 205-214. Universidade Estadual Paulista – Bauru.

_____ ; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências.** Revista Brasileira de Educação Especial. Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial - ABPEE, v. 16, n. 2, p. 159-176, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/30124>>.

MARCONI, Marina de Andrade ; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** São Paulo. Atlas, 5.ed. 2003

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29.ed. Petrópolis. Vozes, 2010.

MISKOLCI, Richard. **Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer.** In: Michel Foucault: Sexualidade, corpo e direito. Organizadores: Luiz Antônio Francisco de Souza, Thiago Teixeira Sabatine e Boris Ribeiro de Magalhães. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

MONTENEGRO, Ana. **Ser ou não ser feminista**. Cadernos Guararapes, n. 3, Recife, 1981.

MOUKARZEL, Maria das Graças Machado. **Sexualidade e Deficiência: superando estigmas em busca da emancipação**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Campinas. Campinas S.P., 2003.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o privado e o público**. In: Estudos Feministas. Florianópolis. 16(2): 440, Maio-Agosto 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200002>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. 2006a. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez.

PAULA, Ana Rita; Regen, Mina, and Lopes, Penha. **Sexualidade e Deficiência: Rompendo o Silêncio**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2 ed. 2011.

PINHEIRO, Silvia Nara Siqueira. **Sexualidade e deficiência mental: revisando pesquisas**. *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)*[online]. 2004, vol.8, n.2, pp. 199-206. ISSN 1413-8557.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. **Educação sexual de pessoas com deficiência mental**. Revista Educação Especial [online] 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313127400008>> Acesso em: 12 de Janeiro de 2016.

PRINS, BAUKJE and MEIJER, IRENE COSTERA. **Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2002, vol.10, n.1, pp.155-167. ISSN 1805-9584. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>.

RÉGES, Hebe Cristina Bastos. **Mulheres com Deficiência Intelectual e a Esterilização Involuntária: de quem é esse corpo?** Florianópolis, 2013, 284 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

RIOS, Roger Raupp. **Para um direito democrático da sexualidade**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre. 2006, vol. 12, n. 26, pp. 71-100. [online]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200004

SALLES, Ana Cristina Teixeira da Costa; CECCARELLI, Paulo Roberto. **A invenção da sexualidade**. Reverso. Belo Horizonte. Ano 32. N. 60. P. 15-24. Setembro de 2010. Disponível em: <http://ceccarelli.psc.br/pt/wp-content/uploads/artigos/portugues/doc/invensexu.pdf>

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151 p.

SHIMONO, Sumiko Oki; BARBOZA, Renato. **Sexualidade da Pessoa com Deficiência Mental: um passo para à inclusão social**. 2014. Disponível em: <<http://www.uniapaemg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo.pdf>>

SOUZA, Luís Antônio Francisco. **Disciplina, biopoder e governo: contribuições de Michel Foucault para uma análise da modernidade**. In: Michel Foucault: Sexualidade, corpo e direito. Organizadores: Luiz Antônio Francisco de Souza, Thiago Teixeira Sabatine e Boris Ribeiro de Magalhães. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

SOUZA, Priscilla Santos de. **A influência da moral cristã na sexualidade ocidental**. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n. 9, Jan/2011. ISSN 1983-2859. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>

TOITIO, Rafael Dias. **Apontamentos sobre a sexualidade e a consubstancialidade das relações de poder**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia de pesquisa**. 2 ed. Curitiba: IESDE, 2010. 192 p.

Anexos

Roteiro Semi-Estruturado de Entrevista

Nome

Área de atuação

Há quanto tempo atua na área da deficiência?

Tem alguma especialidade na área?

- Sobre a sexualidade como você vê que ela é compreendida no que se relaciona às pessoas com deficiência?
- Você acha que a sexualidade dessas pessoas é vista como um problema?
- Quais os tabus e mitos que você acredita existir no campo da sexualidade de pessoas com deficiência?
- Como você acredita que eles possam ser desconstruídos?
- E quais os impactos que você acredita que esses tabus podem ter na vida dos jovens com deficiência?
- Você acha que existe diferenças entre o desenvolvimento sexual de um jovem com deficiência para os jovens sem deficiência? Quais seriam?
- Você acha que apenas os jovens com deficiência precisam de amparo profissional para compreender o processo da sexualidade?
- No que se refere à atuação profissional. Quais são as suas estratégias de atuação sobre essa questão?
- Que diferencial sua área de atuação profissional pode ter no trato dessas questões?
- Você acredita que os profissionais que atuam no campo da deficiência estão aptos para intervir no que se refere a sexualidade dos jovens com deficiência?
- E quais ações você acredita que possam ser desenvolvidas tanto no âmbito da prática profissional, institucional e governamental para tratar dessas questões?

- E quais as inseguranças que você percebe que os profissionais possuem sobre a questão da sexualidade desses jovens?
- E como você acha que as diversas áreas podem contribuir para melhor intervir nessas questões?
- E sobre as famílias. Como você acha que elas lidam com a sexualidade de seus filhos com deficiência?
- E quais as principais inseguranças que as famílias manifestam sobre esse assunto?
- Você acha que existe diferença no trato dessas questões dentro da família quando se tem filhos com deficiência e filhos sem deficiência? E como você percebe essas diferenças?
- E sobre os próprios jovens. Como você percebe que os jovens lidam com a sua própria sexualidade, seus desejos e seus prazeres?
- E sobre a sociedade. Como você percebe que ela lida com essas questões?
- No âmbito institucional. Ela realiza alguma ação que trate do tema? E como você percebeu o retorno dessas ações?
- Sobre alguns assuntos específicos. Como você percebe que os diversos agentes (jovens, profissionais, famílias e até o próprio Estado por meio de políticas públicas) lidam com esses assuntos: masturbação, relações afetivas e sexuais, doenças sexualmente transmissíveis e a maternidade?
- Sobre algumas questões de gênero. Como você percebe que é tratada a questão da sexualidade para meninas e mulheres com e sem deficiência? Há diferenças pela questão da deficiência? E entre homens e mulheres há diferenças?
- Sobre as cuidadoras. Como você percebe que elas lidam com essas questões? E suas inseguranças como você percebe que elas se dão? Por serem profissionais, mas ao mesmo tempo acompanham o desenvolvimento dos jovens de maneira muito próxima.